

45 Prof. Lewgoy, como o Prof. Nodari, da Universidade Federal de Santa Catarina, com
46 relação as restrições à manifestação que houve numa audiência, na Assembléia
47 Legislativa, nesta semana, para tratar da questão dos transgênicos no Estado. Então, a
48 Mesa gostaria de manifestar a solidariedade ao Prof. Lewgoy, Conselheiro deste
49 CONSEMA. Temos também a Comunicação da AGAPAN registrando que solicitou
50 na última reunião o detalhamento de dois pontos: detalhamento dos processos de
51 licenciamento ambiental das barragens no Rio Grande do Sul e a questão dos
52 transgênicos, situação atual no Estado, fiscalização, plantio e comercialização. Nós
53 temos, de fato, uma enorme pauta represada neste Conselho e vamos discutir depois
54 em Assuntos Gerais. Mas a Mesa entende que devíamos elencar, como ponto de
55 pauta, a organização da agenda das próximas reuniões do Conselho, pois são pautas
56 que vêm acumulando-se. O Conselheiro Arno Kayser também registrou o seu
57 descontentamento com a não-inclusão da questão do Sistema de Recursos Hídricos, a
58 pauta de hidrelétricas, a pauta de transgênicos, a pauta proposta pelo Conselheiro
59 Arno, são todas pautas fundamentais hoje, e elas têm que ser discutidas. A Mesa vai
60 propor, ao final da reunião, que venhamos a tratar especificamente de arrumar a nossa
61 agenda das próximas reuniões, coletivamente, como item de pauta da próxima
62 reunião do Conselho. De fato, são várias pautas importantes. Evidentemente, que
63 temos a solicitação de vários Conselheiros em relação à Itapuã, que merece, de fato,
64 uma discussão, e certamente vai tomar um tempo desta reunião. Então, tivemos que
65 puxar para a frente esta pauta, pois estamos com o processo de reabertura marcado
66 para o dia 22, a solenidade de abertura. Então, é importante que o CONSEMA faça,
67 tenha os esclarecimentos antes da reabertura. Por isso deslocamos os outros assuntos.
68 De fato, a questão agenda do CONSEMA e pauta, temos quase vinte itens represados
69 que temos que fazer um acordo coletivo sobre como distribuir isso no tempo, ao
70 longo das reuniões. Temos também uma lista de assuntos que o Código Estadual de
71 Meio Ambiente delegou ao CONSEMA regulamentar, e que são todos importantes.
72 Só como exemplo, cabe ao CONSEMA regulamentar quais são as atividades que
73 precisam de Estudo de Impacto Ambiental ou não para o licenciamento. O próprio
74 Regimento Interno das Audiências Públicas, o Código, determina que o CONSEMA
75 faça revisão, pois o Regimento Interno é uma Portaria da Presidência da FEPAM de
76 98. Então, o Código já delegou esta atribuição ao CONSEMA, e tantas outras, que é
77 importante que o CONSEMA passe então a definir uma pauta de discussão, que paute
78 inclusive o trabalho das Câmaras Técnicas. A Mesa acata o registro feito pela
79 AGAPAN, pelo Conselheiro Arno, de temas que não têm vindo aqui. Mas, então,
80 temos que fazer esta discussão com mais tempo e fazer um acordo coletivo, pois há
81 várias pautas competindo hoje para as próximas reuniões do Conselho. Recebemos
82 uma proposta de Moção para o Conselho do representante dos Comitês de Bacias,
83 mas a análise desta proposta de Moção vamos deixar como último item de pauta,
84 antes de Assuntos Gerais, se houver concordância do nosso representante dos
85 Comitês de Bacias. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Por que foi mudada, alterada a data
86 dessa reunião, uma vez que ela estava marcada, segundo a nossa agenda, para o dia
87 18 e foi transferida para o dia 19, pegando a gente de surpresa. E soubemos na terça-
88 feira que esta reunião iria acontecer hoje. Nós, da APEDEMA, fizemos toda uma
89 organização para sempre fazer as nossas reuniões da APEDEMA junto com as

90 reuniões do CONSEMA. Então, para a gente fica difícil, tanto é que a gente manteve
91 a nossa reunião ontem, dia 18, mas no nosso cronograma aqui, até achei que eu
92 estivesse equivocada, mas no nosso cronograma está como sendo no dia 18. **Sr.**
93 **Presidente:** Parece-me que houve mal-entendido com a convocação da reunião. De
94 fato, o registro é procedente. A gente tem feito um esforço em ter as reuniões
95 marcadas com antecedência, e vamos verificar se houve algum mal-entendido, de
96 fato, na convocação da reunião, pois isso acaba prejudicando o próprio *quorum* da
97 reunião não fazê-la nos dias em que nós acordamos realizá-la. A Mesa deve uma
98 explicação, vamos tentar apresentar isso na próxima reunião para ver o que houve, de
99 fato. Mas, acatamos o registro. O esforço é para que as reuniões sejam realizadas nos
100 dias que o próprio Conselho já deliberou. **Sr. Arno Leandro Kayser:** A minha
101 manifestação é para se tratar dum item só da questão da manutenção dos Comitês, de
102 ter uma pauta para um dia um pouco maior, mas a questão específica, do caráter
103 emergencial era essa e lá não constava a manifestação. E tinha entendido que na
104 reunião passada nós iríamos tratar, tanto que o Conselheiro Ricardo ficou de preparar
105 também uma moção e ficou prejudicado. E essa foi a razão da minha manifestação.
106 **Sr. Presidente:** Podemos dar um esclarecimento rápido sobre esta questão no item
107 Assuntos Gerais. E depois pautamos uma discussão mais profunda sobre isso no
108 Conselho. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** Só para relatar que nós tínhamos dois
109 assuntos que estavam em pauta na reunião passada, e que não foram vencidos, e que
110 era a questão do Plano do SEUC e da apresentação do Delta do Jacuí. A questão do
111 zoneamento do Delta já está sendo discutida na Câmara Técnica de Biodiversidade e
112 Política Florestal. E esgotadas as discussões na Câmara, ela vem para o Plenário.
113 Com relação ao Plano do SEUC, colocamo-nos à disposição para um futuro
114 agendamento, já que houve esta alteração de pauta a pedido dos próprios
115 Conselheiros. **Sr. Presidente:** Obrigado pelo esclarecimento, Conselheiro Felipe.
116 Vamos elencar as Comunicações recebidas pelo Conselho. Recebemos Ofício
117 CAOMA nº 13202 do Ministério Público, solicitando a inclusão do Ministério
118 Público do Rio Grande do Sul dentre os membros da Câmara Técnica Permanente de
119 Assuntos Jurídicos, bem como o franqueamento da participação desta instituição nas
120 demais Câmaras Técnicas. Este assunto já foi resolvido, o franqueamento ou a
121 participação do Ministério Público, não há nenhum problema, apenas a composição
122 formal das Câmaras Técnicas é feita pelos membros do Conselho, mas
123 evidentemente, está franqueada a participação do Ministério Público nas Câmaras
124 Técnicas, o que só vem qualificar o trabalho deste Conselho e das Câmaras. Então, o
125 Conselheiro Ricardo, dos Comitês de Bacias, também encaminhou alterações
126 referentes à Ata da 42ª Reunião do CONSEMA. Recebemos Ofício 025/02 da
127 AGAPAN, de 15-04-2002, solicita que a questão do Parque Estadual de Itapuã seja
128 pauta da próxima reunião do CONSEMA devido a notícias divulgadas na imprensa
129 do local com possíveis irregularidades na execução das obras do referido Parque. A
130 pauta está incorporada, é pauta principal da reunião de hoje. O Sr. Arno Kayser, do
131 Movimento Roessler manifestou seu descontentamento em razão de não ter sido
132 incluído na pauta desta reunião os temas “Sistema Estadual de Recursos Hídricos e
133 Situação Atual dos Comitês de Bacias”. Já abordado o tema aqui nesta abertura.
134 Houve a publicação no Diário Oficial do Estado, de 20-03-02, a nomeação de

135 Geraldo André Susin e Jacson Maurício Costeleti, representantes da Associação
136 Livre para o Gerenciamento Ambiental – ALGA, para integrarem o CONSEMA na
137 condição de membros, titular e suplente, respectivamente. E também recebemos um
138 ofício do IBAMA informando que o seu representante no CONSEMA, Sr. Cláudio
139 Orlando Libernan está impossibilitado de participar desta reunião por estar viajando
140 ao interior do Estado. Feitas estas comunicações, passamos ao primeiro item da nossa
141 pauta. **1. Aprovação das Atas da 41ª e 42ª Reuniões Ordinárias do CONSEMA.**
142 Palavra aberta ao Plenário. **Sr. Geraldo André Susin:** Boa-tarde aos Conselheiros e
143 à Mesa. Acompanhamos o Diário Oficial, e não pegamos esta informação, a nossa
144 nomeação, e ficamos sabendo agora, na entrada, e também não recebemos nenhum
145 documento, como Atas, referentes a esta reunião. Inclusive na última reunião nós
146 solicitamos a cópia das fitas, naquele momento onde, não só nós fomos citados,
147 agredidos, mas também todo o movimento ambiental foi agredido pelo Secretário do
148 Meio Ambiente de Caxias do Sul, e dito isso, que esta Ata não fosse aprovada e que a
149 gente pudesse lê-la e escutar a fita. Não que o trabalho de transcrição da Ata tenha
150 algum problema, pois temos a informação que o trabalho é feito com
151 profissionalismo e isento, mas gostaríamos de contribuir, pois é um documento
152 histórico, e com isso queremos colaborar e com algum detalhe importante que seja
153 referido. Então, solicitamos que não seja aprovada a Ata, e gostaríamos duma cópia
154 da Ata e que fosse atendida nossa solicitação da cópia da fita daquela referida reunião
155 que a gente possa avaliar. Obrigado. **Sr. Presidente:** Só destacando ao Conselheiro e
156 aos demais Conselheiros. A informação que nós temos é que foi enviada toda a
157 documentação para o endereço: Rua os 18 do Forte, 2557, sala 44, Bairro São
158 Pelegrino, Caxias do Sul. **Sr. Geraldo André Susin:** Esta folha que está sendo lida
159 passei agora no começo da reunião. Não recebemos. Esse é o endereço correto, passei
160 essa retificação agora no começo da reunião. **Sr. Presidente:** De fato foi enviado
161 para este endereço. A palavra continua aberta ao Plenário. Temos uma solicitação de
162 não análise da Ata da 42ª reunião ordinária. A Mesa esclarece ao Conselheiro que a
163 aprovação da Ata não significa a aprovação da conduta ou do que disse qualquer
164 Conselheiro. Apenas o registro de que a Ata está sendo fiel aos debates realizados
165 dentro do Conselho. Então, se o Conselho aprova a Ata da 42ª reunião não significa a
166 aprovação de nenhuma conduta de Conselheiro. Simplesmente é o registro de que é a
167 aprovação do Conselho de que o debate foi fielmente registrado. Então, não traz
168 prejuízo nenhum a intenção da ONG ALGA a aprovação ou não da Ata. De qualquer
169 forma, fica apresentada a solicitação do Conselheiro para que o Plenário do Conselho
170 não aprove a Ata da 42ª Reunião Ordinária. **Sr. Geraldo André Susin:** Não que não
171 aprove, mas que dê um tempo que a aprovação seja na próxima reunião. **Sr.**
172 **Presidente:** Sim, não aprove hoje. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Só queria registrar
173 que na 40ª Reunião Ordinária do CONSEMA comuniquei à Presidência de que
174 estaria ausente e não recebi a Ata da 40ª Reunião Ordinária, e não sei se foi isso
175 colocado lá. E gostaria que fosse incluído pois justifiquei a minha ausência, tanto eu
176 como o meu suplente, o Julian Mauhs, que estávamos fora. E na 41ª não consta. E
177 estive na reunião anterior. E gostaria que na 41ª fosse mencionado que o Conselheiro
178 Arno, na reunião anterior, comunicou antecipadamente a sua ausência nesta reunião.
179 É só uma complementação. **Sr. Presidente:** Será incluído na Ata da 41ª Reunião

180 Ordinária esta informação, que havia sido comunicado que não compareceria. **Sr.**
181 **Presidente:** Podemos aprovar a Ata da 41ª Reunião Ordinária, se não há observações.
182 **Sr. Geraldo André Susin:** A reunião que aconteceram os fatos a que me referia foi a
183 41ª. **Sr. Presidente:** Vamos para a 42ª reunião. Alguma observação? Consideramos
184 aprovada a Ata da 42ª reunião ordinária, já que não há nenhuma observação por parte
185 dos senhores Conselheiros. Passamos então a 41ª reunião ordinária. O Conselheiro
186 Arno já fez uma observação se inclusão na Ata, acatada pela Mesa, e há uma
187 solicitação que a Mesa agora apresenta ao Plenário, já foi apresentada pelo
188 Conselheiro da ALGA, de não votação da Ata da 42ª até que o Conselheiro tenha
189 acesso à gravação. A Mesa registra que mesmo não compreendendo bem o sentido do
190 pedido, não vê nenhum óbice de que se postergue a aprovação da Ata para a próxima
191 reunião. Algum Conselheiro contrário à solicitação da ONG ALGA? Se não há
192 discordância, a Mesa acata a solicitação do Conselheiro e passamos a aprovação da
193 Ata da 41ª reunião para a próxima reunião deste Conselho. **2. Apresentação das**
194 **Ações realizadas no Parque Estadual de Itapuã.** Com a palavra os nossos
195 representantes do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria
196 Estadual de Meio Ambiente. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** A apresentação das
197 ações realizadas no Parque de Itapuã será feito pelo biólogo Rogério Castro, Diretor
198 da Unidades de Conservação do Departamento. **Sr. Rogério Castro:** Boa-tarde a
199 todos. Coordeno a Divisão de Unidades de Conservação do Departamento de
200 Florestas e Áreas Protegidas, e é com muita satisfação que a gente vem aqui
201 apresentar o que vem sendo feito nesse período de Governo e em outras fases de
202 implantação do Parque de Itapuã até se chegar nesse momento do Parque Estadual de
203 Itapuã. Uma etapa longa de 11 anos trabalhando diretamente na implantação desta
204 unidade de conservação, mas é interessante para o CONSEMA, e como já em outras
205 vezes, apresentado na Câmara Técnica e no Conselho da Reserva da Biosfera da Mata
206 Atlântica, sempre destacar o contexto em que as unidades de conservação estão sendo
207 gerenciadas nesta gestão de Governo. O contexto que a gente aborda é sempre o
208 contexto do Sistema Estadual de Unidades de Conservação com uma visão tentando
209 resgatar as unidades criadas e não implantadas, e a deficiência de áreas protegidas
210 existentes no nosso Estado. Então, para quem não conhece o Parque Estadual de
211 Itapuã, a localização número 5 no encontro do Guaíba com Lagoa dos Patos e
212 interessante destacar não-só o Parque Estadual de Itapuã e localizá-lo mas destacar
213 duas unidades de conservação que eu considero pontos importantes dentro desta
214 gestão, que é o Parque do Espinilho e a Reserva Biológica de São Donato, que são
215 duas áreas criadas na mesma época que o Parque Estadual de Itapuã, década de 70, e
216 que hoje começam a sua implantação, com o Parque de Itapuã começou há onze anos.
217 Então, o Parque do Espinilho, em função de medidas compensatórias, e São Donato
218 também, com parceiro, que também é parceiro do Parque Itapuã, que é a Refinaria
219 Alberto Pasqualini, e depois a gente vai comentar em relação à implicação de
220 recursos que começam a ser implantados dentro do sistema estadual. Para entrar na
221 questão do Parque Estadual de Itapuã coloco esta transparência de abertura. O Parque
222 tem um novo perfil, um novo visual em relação à comunidade, a região de entorno, e
223 na própria divulgação das ações que são feitas no Parque Estadual de Itapuã. Não sei
224 se foi passado para os Conselheiros o material que já vem sendo trabalhado no

225 Parque Estadual de Itapuã e que vai ter esta característica de identificação visual em
226 todas as suas ações. Resgatando um pouco a parte legal e histórica do Parque
227 Estadual de Itapuã, algumas informações básicas: destaco que esta apresentação não é
228 especialmente para o CONSEMA, e a gente já vem apresentando o Parque Estadual
229 de Itapuã e o projeto de implantação dele em outras ocasiões, e nos valemos deste
230 material para passar estas informações para vocês. O destaque do Parque Estadual de
231 Itapuã como unidade de conservação, desde a sua criação, é que ele sempre teve um
232 processo crescente e de aperfeiçoamento na sua implantação. Desde a sua criação em
233 73, ele é um Parque que sempre aumentou de tamanho e sempre aperfeiçoou os seus
234 limites. E isso é um dato importante, que nem sempre acontece ou raramente acontece
235 isso em relação às unidades de conservação. Historicamente, no Brasil, as unidades
236 normalmente perdem área e diminuem de área. E o Parque Estadual de Itapuã não. E
237 aconteceu que desde 73, 76 e 81 o Parque vem aumentando de área e qualificando os
238 seus limites, incluindo lagoas, ilhas, e tendo um limite mais adequado em relação ao
239 seu objetivo de conservação. E um outro destaque é a publicação do Plano de
240 Manejo, em 97, é o instrumento que norteia e dá as diretrizes para as ações
241 executadas dentro de cada unidade de conservação. Então, há uma publicação de 97,
242 e mais adiante vamos discutir um pouco mais o Plano de Manejo, mas um Plano de
243 Manejo que já tem cinco anos de publicação, e ele é um Plano de Manejo que precisa
244 de algumas revisões e o conceito de Plano de Manejo incorpora esta noção de revisão
245 contínua. E dentro da implantação, temos mudanças positivas, quer dizer, a
246 implantação do Parque Estadual de Itapuã vem sendo calcada basicamente no
247 Programa Pró-Guaíba, com recursos do Pró-Guaíba, e recursos orçamentários da
248 Secretaria do Meio Ambiente – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas -, mas
249 recebeu um reforço em relação à nova legislação de apoio às unidades de
250 conservação com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Então, a
251 ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini gerou uma medida compensatória que
252 destinou mais um montante de recursos para o Parque Estadual de Itapuã e que nós
253 conseguimos finalizar e adequar algumas ações para finalização do Módulo I do Pró-
254 Guaíba. Lembrando também que hoje o Parque Estadual de Itapuã, e temos muito
255 orgulho de dizer, que ele tem um formato modelo, não em termos de quantidade de
256 estrutura, mas em forma de gestão e de divisão de programas de manejo, e a gente
257 entende que ele é um modelo para ser seguido nas unidades de conservação estaduais.
258 Considerando a particularidade de cada região e de cada unidade de conservação, o
259 modelo de plano de manejo, sempre com aperfeiçoamentos e programas de gestão,
260 ele deverá ser o modelo seguindo nas outras unidades. Então, a situação hoje do
261 Parque é positiva, com estrutura, com o pessoal que a gente vai detalhar, mas nem
262 sempre foi assim, e a maioria de vocês deve conhecer a história do Parque Estadual
263 de Itapuã, com a exploração de granito na década de 70, a caça e pesca é um
264 problema crônico nesta região da Lagoa dos Patos e Guaíba, um problema que
265 persiste ainda hoje, e hoje o Parque Estadual de Itapuã com mais condições de atacar
266 este problema; a visitação totalmente descontrolada, que existia na área. A entrada de
267 pessoas, num primeiro momento, não havia controle. Num segundo momento, depois
268 do fechamento do Parque à visitação pública, houve uma primeira fase de controle,
269 mas ainda uma visitação excessiva e isso já resultado desta invasão de mais de mil

270 casas em uma das praias do Parque. E por último, o objetivo turístico: no início da
271 sua criação ele foi tratado como uma área simplesmente turística e a partir desta
272 seqüência de decretos, culminando com o Decreto de 91, passa a ser uma unidade de
273 conservação. Aqui é um exemplo do que se encontrava na área do Parque. A foto
274 superior é da Praia de Fora, ainda com as casas de veraneio, invasores, e muitas
275 exóticas, que é o destaque da foto debaixo. Quer dizer, a invasão das casas de
276 veraneio gerou o plantio de espécies exóticas, e a mais grave delas é o pínus, e hoje
277 nós temos uma invasão e multiplicação de pínus bastante grave na Praia de Fora.
278 Uma das ações que nós colocamos em andamento é a retirada das exóticas do Parque
279 Estadual de Itapuã que ainda não havia sido feito, e que começou pela Praia das
280 Pombas, e num dos dias da programação do Parque Estadual de Itapuã a gente vai
281 fazer o início da retirada simbólica dos pínus, pois é um trabalho extremamente
282 extenso e gradual, e vai ser retirado ao longo do tempo, mas a quantidade de mudas
283 que se encontra na Praia de Fora é impressionante. Então, a partir da programação da
284 reabertura, vai existir uma programação de início simbólico desta retirada que é uma
285 das ações importante a retirada de exóticas do Parque Estadual de Itapuã. Falando de
286 Plano de Manejo, o item principal do Plano de Manejo, o item principal do Plano de
287 Manejo em que se baseia todo o planejamento e propostas de implantação de infra-
288 estrutura, construções e é isso que aconteceu nessa área com o Programa Pró-Guaíba,
289 um instrumento principal é o zoneamento do Parque. Então, o zoneamento é um
290 instrumento em que vai procurar minimizar os conflitos de uso, resultado dos
291 objetivos a que destina a categoria Parque Estadual. Então, a categoria “parque” tem,
292 como objetivo, a conservação dos ecossistemas naturais, educação ambiental,
293 pesquisa científica e a visitação pública, sendo este o maior conflito e a maior
294 geração de propostas de discussão. Quer dizer, onde se faz visitação, como se faz
295 visitação e de que forma o menos impactante vai-se fazer essa visitação na categoria
296 “parque estadual”. No zoneamento, no mapa do Parque, a gente identifica três áreas
297 principais e uma terceira especial que destaco adiante. As três áreas principais de
298 visitação pública é: Praia das Pombas, Praia da Pedreira e Praia de Fora. Então,
299 desde a primeira proposta de zoneamento do Parque Estadual de Itapuã essas três
300 áreas foram identificadas como ideais para se manter a visitação pública do Parque
301 Estadual de Itapuã. E são as áreas onde foram construídas a parte maior da infra-
302 estrutura de visitação e a maior parte da infra-estrutura financiada pelo Pró-Guaíba,
303 além desta região aqui, que é uma região de uso especial onde localiza-se o Centro de
304 Visitantes e construções de serviço: casas de guarda-paque, oficinas, sede
305 administrativa e outros utilizados para o andamento administrativo do Parque. As
306 outras zonas sofrem uma gradação, quer dizer: da zona de uso intensivo para a zona
307 intangível, ela vai sofrendo uma gradação diminuindo os usos possíveis em casa
308 zona. O importante de destacar que do planejamento e zoneamento do Parque
309 Estadual de Itapuã, uma parte que chega a 6% apenas, ela pega a zona de uso
310 intensivo, recuperação e extensivo. Então, uma grande área do Parque ficou destinada
311 as zonas primitiva e intangível, que são as de maior proteção no planejamento todo
312 do Parque. Aqui é uma foto aérea, só destacando os três ambientes do Parque: a parte
313 dos morros graníticos, a parte da planície costeira e a Lagoa Negra, uma lagoa
314 interna, extremamente importante e singular aí no Parque Estadual de Itapuã. Quanto

315 ao Plano de Manejo, a gente segue como referência para a construção e revisão dos
316 Planos de Manejo o roteiro metodológico do IBAMA incluindo as alterações que o
317 Sistema Nacional colocou na sua promulgação. E cabe ressaltar que a divisão não
318 está trabalhando só com o Plano de Manejo de Itapuã. Estamos elaborando cinco
319 planos de unidades estaduais e fazendo a revisão de limites e Planos de Manejo do
320 Parque Delta do Jacuí. Então, só para destacar a questão da conceituação e vocês
321 terem isso aí bem claro. O conceito de Plano de Manejo adotado para este roteiro, e
322 que é adotado por nós, baseia-se no regulamento dos parques e o sistema nacional,
323 que é um projeto dinâmico, utilizando técnicas de planejamento tecnológico que
324 determinam o zoneamento que foi mostrado anteriormente, caracterizando cada uma
325 das zonas e propondo o seu desenvolvimento físico, de acordo com as suas
326 finalidades, estabelecendo diretrizes básicas para o processo de manejo da unidade. E
327 ilustrando também a questão do planejamento e execução do Plano de Manejo, a idéia
328 é que a gente segue a idéia adotada tanto por publicações anteriores mais
329 importantes, como o “Abaixo K. Müller” e o roteiro de Gestão de Iapas, que desta
330 formada de planejamento contínuo de avaliação, planejamento e execução sempre
331 numa forma contínua de aperfeiçoamento das ações em cada uma das unidades de
332 conservação. E aí a gente chega na fase de agosto de 2001 em que se fez avaliação do
333 Plano de Manejo, do plano publicado em 97, em que se pegou item por item dos
334 programas propostos e se verificou quais que poderiam ser dados andamento, quais as
335 alterações que precisariam ser feitas em função de estratégias adotadas e uma
336 avaliação que elas não teriam tido o resultado esperado e quais as ações que
337 deveriam ser abandonadas em relação à execução do Plano de Manejo. Então,
338 fizemos esta avaliação com a equipe técnica da Divisão e se chegou numa avaliação
339 qualitativa da execução do Plano de Manejo em que a gente tem uma gradação de
340 execução de todas as ações previstas no Plano de Manejo. Em verde temos aquelas
341 “totalmente executadas”; em amarelo, as “em andamento”; em vermelho, as “não
342 realizadas”. Então, só quero destacar que grande parte das ações do Plano de Manejo
343 encontram-se na fase verde-amarela, “realizadas” ou “em andamento”. Para poderem
344 visualizar a questão da implantação do Plano de Manejo. Todas as ações, uma a uma,
345 do Plano de Manejo foram avaliadas e colocadas neste quadro. Por exemplo, vou
346 destacar uma questão: o Plano de Manejo colocava a implantação dum *camping* na
347 Praia de Fora. A Praia de Fora é a maior praia do Parque, praia que foi estabelecida
348 como de maior capacidade, com 700 pessoas/dia. Mas ela gera um problema na sua
349 localização: é a praia em que se tem que atravessar o maior trecho no interior do
350 Parque. Então, avaliou-se nesta discussão técnica, que o *camping* deveria ficar em
351 observação, em avaliação numa primeira etapa de abertura da Praia de Fora sem o
352 *camping*. Então, numa fase posterior vai-se avaliar a implantação ou não deste
353 *camping* previsto em 97 no Plano de Manejo. E essas é uma das questões que foi
354 avaliada. Uma outra questão que foi revista em relação às exóticas, pois se
355 aprofundou mais a discussão técnica em relação a retirada de exóticas. No Parque
356 Estadual de Itapuã quem conhece, sabe a ocupação das piteiras ao longo das margens
357 rochosas do Parque Estadual de Itapuã. No Plano de Manejo se considerava que ela
358 não deveria ter um tratamento de retirada ou de monitoramento mais forte tentando
359 adequar à invasão desta exótica. Nesta avaliação, reviu-se esta postura e se começa a

360 fazer o controle e tentativa de erradicação da piteira no Parque. Então, isso é um
361 exemplo de algumas ações que foram revistas, e em todos os Programas de Manejo
362 previstos. Aqui é um exemplo da estrutura. Sempre lembrando que a estrutura
363 implantada no Parque Estadual de Itapuã, um bar/lanchonete na Praia da Pedreira, a
364 estrutura de visitação pública procurou ser uma estrutura mínima e adequada a
365 quantidade de visitantes previstas no Plano de Manejo. A estrutura teve também uma
366 alteração, porque na primeira fase de implantação com o programa a questão de
367 sanitários foi subdimensionada. Então, tivemos que reavaliar isso, elaborar projetos
368 em que a gente tivesse garantido o uso das praias com total garantia da qualidade e
369 não prejuízo com algum tipo de poluição nas praias do Parque. Então, foram
370 construídos sanitários com dimensionamento da capacidade de esgoto adequado. Só
371 para ter idéia, na Praia das Pombas os sanitários só ficavam nesta estrutura, tendo um
372 sanitário masculino e feminino, e hoje temos três sanitários individuais, com
373 vestiários para atender a Praia das Pombas. Então, o dimensionamento inicial era bem
374 inferior e inadequado. E nós temos de infra-estrutura, em cada uma das praias a
375 questão de bar/lanchonete, vestiários e sanitários, mesas e churrasqueiras e a
376 novidade que se está implantando agora, que são as tendas de educação ambiental,
377 que é uma iniciativa da gente descentralizar a educação ambiental e tê-la não-só no
378 Centro de Visitantes, que é uma outra estrutura do Parque, mas mais diretamente
379 voltada para o visitante das praias. Então, neste primeiro momento, teremos uma
380 tenda de educação ambiental na Praia das Pombas e outra na Praia da Pedreira. E
381 destacaria também como conquistas importantes aí nesta fase final da implantação do
382 Parque, a contratação de pessoal. É claro que a nossa filosofia de trabalho nas
383 unidades é de garantir um quadro de funcionários públicos trabalhando nestas áreas,
384 mas na etapa em que a gente está, nós resolvemos a questão de pessoal com a
385 contratação de serviço. Então, temos uma equipe de vigilância, uma equipe de
386 manutenção, uma equipe exclusiva de educação ambiental e que foi treinada,
387 capacitada para este momento de abertura. E só ilustrando aqui a equipe de vigilância
388 em reunião e treinamento, os guarda-parques em bem menor número, e a gente tem a
389 proposta de contratação de guarda-parques, não-só para Itapuã, mas para todos os
390 parques. Nós trabalhamos num total hoje de 80 pessoas contratadas, todas elas da
391 região de Itapuã, que é uma das exigências que a gente fazia para a contratação e
392 também é uma prática que a gente estende para todas as outras, quer dizer, promover
393 a contratação do pessoal da região para trabalhar nas unidades de contratação. Aqui
394 temos a equipe administrativa e de educação ambiental e o pessoal de manutenção,
395 num evento lá de confraternização. Não falei anteriormente, mas o Farol de Itapuã é
396 uma área também de visitação pública, que não será ainda aberto nesta etapa. Já
397 realizamos um convênio com a Marinha do Brasil, e a administração do Farol passa a
398 ser da Secretaria do Meio Ambiente – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas,
399 e a intenção é que se tenha o Museu dos Faróis instalado no Farol de Itapuã. Ele é um
400 ponto de visitação por água, que já vai acontecer, mas a descida ao Farol e visita às
401 instalações fica para uma etapa posterior. No Farol de Itapuã, uma questão importante
402 é a segurança do Farol. Quem conheceu o Parque Estadual de Itapuã, o Farol, nestes
403 dez anos de Parque fechado, e a Marinha o colocando de forma automática, teve uma
404 depredação importante, ele estava completamente destruído. E com o convênio a

405 Marinha recuperou uma primeira parte, e a responsabilidade de fiscalização ficou
406 sendo nossa. Então, ele conta já com dois zeladores, não são faroleiros, e a gente
407 entende que ele vai fazer parte do programa de uso do Parque, como um destaque,
408 tanto que é o símbolo do Parque Estadual de Itapuã. Para início de conversa, queria
409 deixar a apresentação por aí, e fico à disposição para o detalhamento de qualquer
410 ponto que venha a surgir. Obrigado. **Sr. Presidente:** Obrigado, Rogério. Antes de
411 abrir a palavra ao Plenário, somente registrar a presença do Professor/Doutor Carlos
412 Termigoni, do Centro de Biotecnologia, representando o Centro de Biotecnologia, e
413 não é o representante titular ou suplente, então, não conta como *quorum*, mas está
414 aqui presente o Centro de Biotecnologia. Também a Sra. Maria Odete Pereira, do
415 CEA. A nomeação da Maria Odete está na Casa Civil e deve ser formalizada em
416 breve, mas nesta reunião não conta também como *quorum*. E também justificar a
417 ausência do Secretário Langone, que encontra-se num Encontro Estadual dos Comitês
418 de Bacias, em Santa Maria, na discussão sobre política de recursos hídricos, e não
419 pode estar na reunião hoje aqui conosco. A palavra agora está aberta ao Plenário para
420 as nossas manifestações dos nossos Conselheiros e dos nossos convidados. **Sra.**
421 **Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Só queria saber o número total de
422 funcionários do Parque que são da Secretaria e mais o número de pessoas contratadas
423 e se a Brigada Militar continua fazendo a fiscalização, pois havia uma época que
424 fazia. **Sr. Rogério Castro:** A vigilância ocupa um volume grande: são 82
425 funcionários contratados. E desses 82, em torno e 50 são da equipe de vigilância,
426 fazendo um revezamento 24h. Dos funcionários do Parque temos 8 funcionários do
427 quadro. E o Batalhão Ambiental da Brigada Militar executa quando chamados, tanto
428 por nós quanto em outras ações que eles têm na região, não no Parque, mas no
429 Guaíba e em outras localidades. Ele passa, a partir da reabertura do Parque, a ocupar
430 um posto de vigilância próximo à venda de ingressos, de forma a funcionar como um
431 posto, com escalas. **Sr. Cristiano Silveira:** Sou ex-membro da Comissão de Luta
432 para efetivação do Parque Estadual de Itapuã. Primeiro queria agradecer os
433 representantes no Conselho do NAT, do Movimento Roessler e da AGAPAN que
434 solicitaram que esse ponto fosse incluído na pauta do Conselho e fazer um pequeno
435 histórico do porquê hoje estamos nesta reunião. No dia 07 de março desse ano, a Zero
436 Hora publicou uma matéria que chamava “Área já deveria ter sido liberada. Parque
437 de Itapuã continua fechado para visitaçã”. A matéria tem um teor dizendo que a
438 abertura do Parque já deveria ter sido feita em fevereiro deste anos e um contraponto
439 do Diretor do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas dizendo que alguns
440 problemas de última hora impediram que esta abertura já tivesse sido realizada e que
441 agora ela só dependia duma agenda do Governador do Estado. Com base nesta
442 informação, na primeira oportunidade que a gente teve, na primeira reunião do
443 CONSEMA que houve depois deste anúncio, nós entregamos, eu, o Maurício e o
444 Leandro, também membros da Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual
445 de Itapuã, um ofício ao Secretário Langone, como Presidente do CONSEMA, onde
446 fazemos algumas solicitações de informações, que são as seguintes: a gente pediu um
447 parecer do CONSEMA sobre as condições de abertura do Parque, sendo o Conselho
448 o órgão superior do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. A gente pedia um
449 parecer do Ministério Público Estadual sobre as condições de abertura do Parque e

450 considerações sobre a sentença de 94 que determinava o fechamento do Parque e
451 sobre um expediente investigativo de 99 relativo a obras que aconteciam e que
452 aconteceram no Parque. Pedia também a constituição dum Conselho Consultivo do
453 Parque, conselho este que está previsto no Sistema Nacional de Unidades de
454 Conservação e pedia também a apresentação do Plano do Programa de Uso Público
455 do Parque Estadual de Itapuã, parte essencial do manejo do Parque. Esse plano é
456 parte integrante do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, e nesse Plano de
457 Manejo está dito que este plano de uso público, que é o que determina como vai se a
458 visitação no Parque, deva ser um documento em anexo ao plano e não temos este
459 documento para nos manifestar se isso está ou não adequado. E a gente entregou isso
460 no dia 15, e veio a reunião do CONSEMA que foi à tarde, e não era ponto de pauta, e
461 o Conselho não tinha obrigação de abrir a pauta para isso, e só nos Assuntos Gerais
462 relatou que estava entregando este documento e entregou cópias dos representantes
463 que estavam nesta reunião. Na reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade e
464 Política Florestal do dia 08 de abril, a convite do NAT, porque a pauta previa também
465 um ponto sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, e também viemos, e
466 esta reunião foi bastante extensa, teve a questão do Parque do Delta do Jacuí, a
467 questão do livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção, e teve questões do
468 Código Florestal Estadual que estavam sendo discutidas, e também não pode ser
469 discutida, mas novamente nós reiteramos o teor da carta, e perguntamos se havia uma
470 data prevista para abertura do Parque e que se houvesse essa resposta fosse dada
471 antes do anúncio da abertura do Parque. A funcionária do Departamento não sabia
472 informar de nenhuma data oficial, em que pese dela não ser da Divisão de Unidades
473 de Conservação, ser de outra Divisão dentro do Departamento, mas não soube
474 informar, e qual foi a nossa surpresa, no dia 09, um dia depois, a abertura do Parque
475 foi anunciada na imprensa e nenhuma consideração foi feita aos pontos que nós
476 levantamos. Depois disso a coisa ganhou a imprensa, e trouxemos uma série de
477 recortes onde nós colocamos o nosso posicionamento, e são dadas algumas respostas
478 parciais sobre isso, e o que a gente veio fazer aqui hoje é solicitar que o Conselho
479 chame para si uma prerrogativa legal que está prevista no Decreto que regulamenta o
480 Sistema Estadual de Unidades de Conservação, que é avaliar qualquer alteração
481 dentro das unidades de conservação que ocorra no Estado. E para isso estamos
482 solicitando alguns documentos que a gente ainda não teve disponibilizados. E a gente
483 pede o Plano do Programa de Uso do Parque, novamente a gente pede isso; o
484 Programa Interpretativo do Parque; o sistema de monitoramento completo das trilhas
485 e das áreas de visitação do Parque, juntamente com a metodologia que será utilizada na
486 avaliação de capacidade de carga e do impacto que isso pode causar; Plano de
487 Proteção de Combate a Incêndio e a relação dos equipamentos disponíveis para
488 situações de emergência; um relatório da situação fundiária do Parque; o Plano de
489 Retirada do Gabião da Praia da Pedreira, e é uma obra, é um assunto bastante
490 específico, talvez não dê nem para explicar isso agora, mas é uma obra que foi feita
491 irregularmente na Praia da Pedreira e que é parte desta ação civil de 99. E esse
492 documento da revisão do Plano de Manejo que o Rogério acaba de citar, que com
493 base nesse documento o Conselho vai poder fazer as manifestações sobre as
494 condições de abertura do Parque. Basicamente era isso e com base numa notícia que

495 saiu no Correio do Povo do dia 7 de abril a respeito da não indenização de alguns ex-
496 moradores de Itapuã, entrou em contato com essas pessoas e está aqui conosco o
497 senhor Vilário Aguiar, da Comissão de Ex-Proprietários, que também gostaria de
498 falar algumas coisas e não se isso pode ser possível. **Sr. Presidente:** Não há nenhum
499 problema que ele fale. A única preocupação da Mesa é que temos um conjunto grande
500 de questionamentos, talvez fosse interessante uma resposta e aí passaríamos depois a
501 palavra para que ele fizesse também uma manifestação. **Sr. Luiz Felipe Kunz**
502 **Junior:** Queria, em primeiro lugar, dizer que não houve esta apresentação prévia ao
503 CONSEMA anteriormente porque não tinha ocorrido nenhuma solicitação de
504 discussão previamente ao CONSEMA. Assim que houve, propusemos alteração de
505 pauta na reunião, com pautas represadas para que pudesse ser feito este
506 esclarecimento. De fato, a Fátima que estava coordenando a reunião da Câmara
507 Técnica de Biodiversidade é de outra Divisão do Parque e não tinha conhecimento
508 exato das tratativas que estavam sendo levadas junto ao gabinete para abertura do
509 Parque, da data exata, e talvez ela não tenha sabido informar. E não houve qualquer
510 questionamento nosso na Câmara Técnica de não discutir a questão do Parque de
511 Itapuã. Infelizmente, já tínhamos uma pauta bastante extensa definida previamente
512 pelos Conselheiros, que estava muito represada, e a questão acabou não entrando em
513 pauta no dia 08 de abril em função disso, apenas em função disso. E quero dizer que
514 temos total tranqüilidade em discutir as questões do Parque de Itapuã e também dizer
515 que há algumas outras coisas que também não foram citadas. E a retirada do gado que
516 foi feita dentro das últimas ações, não foi citada, mas também foi uma retirada que
517 contribuiu para a recuperação do Parque. Com relação as questões levantadas na
518 carta. A primeira questão com relação ao posicionamento do CONSEMA, estamos
519 trazendo aqui para avaliação para que possamos pautar numa próxima reunião do
520 CONSEMA uma reunião específica e que tenhamos a possibilidade de encaminhar
521 todos esses materiais solicitados aos Conselheiros, para que possam fazer de fato uma
522 avaliação das condições de abertura. Antes disso, gostaria de solicitar que os
523 Conselheiros visitassem o Parque. Estamos com abertura programada para o dia 22.
524 O Parque está, em nossas avaliações, em condições de receber visitação pública nas
525 duas áreas que já estão prontas, e estão convidados todos os Conselheiros, se não
526 puderem estar na abertura, mas para uma visita programada inclusive do Conselho,
527 para que possamos *in loco*, porque aqui, longe do Parque, muitas vezes fica difícil
528 imaginar as ações que estão sendo feitas. Então, já deixamos aqui feito o convite para
529 que os Conselheiros possam visitar o Parque onde todos os pontos apontados possam
530 ser mostrados, analisados e explicados. Então, já fica, desta feita, o convite. A
531 segunda questão da carta refere-se a questão do processo de 94. O processo de 94 foi
532 aquele que houve um ingresso de ação na Justiça impedindo abertura do Parque que
533 ia ser feito naquela época sem que houvesse ainda Plano de Manejo e sem que as
534 condições de implantação estivessem adequadas, já que não havia estrutura para
535 receber os visitantes. Então, essa ação se extinguiu porque ela tinha aquele objetivo.
536 De 94 para cá o Parque ganhou um Plano de Manejo e este Plano de Manejo está
537 sendo implantado dentro do acompanhamento feito pela equipe técnica que
538 demonstra que todas as ações estão sendo executadas ou já foram executadas num
539 patamar que permite a abertura do Parque. E aí novamente reforço o convite para se

540 ver a estrutura que foi montada no Parque Estadual de Itapuã, que é praticamente
541 inexistente em qualquer outra unidade de conservação desse País, para que possa-se
542 fazer uma avaliação correta de se o Parque pode ou não sendo aberta. Se seria uma
543 ação de responsabilidade do Departamento abrir ou não. Com relação a ação de 99,
544 ela trata da construção do gabião. O gabião é uma retificação que foi no arroio na
545 Praia da Pedreira, e que foi feita, na época, em contrariedade com o Plano de Manejo
546 do Parque. Nós já respondemos ao Ministério Público informando que este gabião vai
547 ser retirado parcialmente e escalonadamente no sentido de que nós possamos fazer a
548 recuperação de um dos lados da margem desse arroio, pois foi feita esta obra pois a
549 saída do arroio variava de local junto ao Guaíba. Então, não precisaria ter sido feita a
550 lancharia naquele local. Mas o primeiro planejamento do Parque feito ainda na gestão
551 anterior, colocou a lancharia numa área de aterro próximo da saída deste arroio, o que
552 faz com que se tirássemos o arroio nós teríamos a própria estrutura, e isso foi uma
553 avaliação que fizemos, da lancharia comprometida. Então, não poderíamos botar um
554 dinheiro público, que já estava gasto, fora praticamente com essa alteração. Então,
555 por isso, prevemos, já está respondido ao Ministério Público, e está previsto nas
556 ações do Parque, a retirada escalonada do gabião visando até que não seja uma saída
557 tão impactante que possa causar novamente danos ao arroio como foi a própria
558 construção. Com relação a questão do parecer do Ministério Público, se tivéssemos
559 questões para esconder não teríamos convidado o Ministério Público para uma visita
560 ao Parque, o que fizemos ainda em março. E foi uma forma até de demonstrar a
561 transparência; fizemos um convite porque a relação que temos também com o
562 Ministério Público é extremamente positiva, de trabalho cotidiano, e fizemos o
563 convite para a visita, o Ministério Público compareceu e conheceu as obras. Foram
564 apresentadas todas as obras das áreas de visitação que vão ser reabertas agora no dia
565 22. O último ponto é com relação ao plano de uso público. Não temos o plano de uso
566 público publicado. E aí também não temos, e pode ser essa a falha, as alterações que
567 foram feitas no Plano de Manejo publicadas, mas foram todas definidas por um longo
568 trabalho da equipe técnica do Departamento em reuniões que começaram no ano
569 2000, onde nós fizemos uma avaliação item por item do atual Plano de Manejo, tendo
570 em vista que uma série de medidas que o Plano de Manejo original previa mostraram-
571 se inadequadas com o passar do tempo. E por isso que um Plano de Manejo é um
572 plano dinâmico, ele não pode ser um plano estático. Construir um plano e agora o
573 plano é como uma Constituição, só se muda com 2/3. Então, há coisas que têm que
574 ser definidas com urgência; por exemplo, havia previsão de aterro sanitário dentro do
575 Parque no Plano de Manejo. Entendemos que era uma medida desnecessária. Nós
576 podíamos muito em ter o destino adequado do lixo por meio dum trabalho conjunto
577 com a Prefeitura de Viamão. E assim foi procedido. Alteramos então a necessidade de
578 criação dum aterro sanitário no Parque. A questão do transporte interno. Outra
579 questão que revisamos do Plano de Manejo. No transporte interno era previsto o
580 acesso de veículos particulares a todas as praias do Parque. Revisamos o Plano de
581 Manejo e estamos na implantação de um projeto que visa o transporte coletivo ao
582 Parque, reduzindo em muito o impacto da circulação desses veículos, já que para
583 acesso principalmente à Praia de Fora, que é a praia principal do Parque, já que o
584 Parque é cortado e que temos dificuldades, primeiro, no controle do trânsito destes

585 visitantes, e segundo, o risco de acidentes, a própria poluição sonora que esses
586 veículos representam, além da poluição atmosférica. Então, com isso, nós revisamos,
587 e estamos construindo um estacionamento na entrada do Parque para que os veículos
588 possam ficar estacionados quando este estacionamento estiver pronto e também fazer
589 uma concessão de linha de ônibus para que esses veículos, possam depois
590 estacionados ali, coletivos possam transportar os visitantes dentro do Parque, já que
591 temos que ter uma preocupação com a visitação, e ela tem que ser uma visitação
592 segura, uma vez que o número de visitantes é relativamente elevado, em torno de
593 1.4000 pessoas/dia. Essas foram uma série de modificações. Poderíamos discorrer
594 todas elas. Podemos fazer isso ao CONSEMA, se assim o Conselho entender. E
595 podemos entender isso, numa apresentação do Parque, inclusive com conhecimento
596 item a item das alterações e do que foi feito lá no Parque. Então, com relação a isso
597 estamos totalmente tranquilos. O Plano de Uso Público está todo montado; ele conta,
598 inclusive, com local de venda de ingressos, quantos ingressos podem ser vendidos de
599 forma antecipada, quantos ficam para a venda no local, quantos são destinados ao
600 público que vai chegar por barcos, quantos vão ser destinadas para operadoras de
601 ecoturismo, tivemos reuniões com operadoras de ecoturismo. De que foram vão ser
602 feitas as trilhas, quantas pessoas em cada trilha, trilhas com condutores locais, e tudo
603 isso está colocado dentro das alterações. Inclusive nas alterações nós colocamos
604 trilha a trilha, quais seriam as trilhas prioritárias. Por exemplo: na Praia da Pedreira,
605 nós trocamos a trilha prioritária, porque ela era dum acesso mais difícil e nós
606 teríamos que inclusive nos capacitar na administração e gestão das trilhas para que
607 pudéssemos inclusive ter a trilha do Morro da Fortaleza implantada. Então, como
608 havia a trilha do Araçá, que era uma trilha de mais fácil implantação, implantamos
609 essa. E também houve também esta alteração no Plano de Manejo. Então, uma outra
610 alteração que não foi citada ainda, mas já coloco uma antecipação, pois ela foi, de
611 qualquer forma, colocada em carta aberta na internet, e talvez os Conselheiros tenham
612 recebido, é com relação a pavimentação que estamos fazendo a estrada de acesso à
613 Praia de Fora. Esta pavimentação foi resultado também duma longa discussão que
614 nós fizemos na alteração do Plano de Manejo, da necessidade de termos um
615 transporte. E já que vamos ter transporte coletivo, esse transporte coletivo tem que ter
616 um acesso seguro às praias. E nós tínhamos duas questões: primeiro, a estrada
617 original foi implantada para um loteamento clandestino de veraneio que se instalou
618 na Praia de Fora. Então, não é uma estrada que teve um planejamento prévio a sua
619 instalação. Foi uma estrada construída, como são construídas as coisas ilegais, ou
620 seja, ela não teve nenhuma definição de traçado previsto. O que previa o Plano de
621 Manejo original? O melhoramento desta estrada. E assim foi feito. No Pró-Guaíba
622 investimos recursos no Módulo I para a melhoria desta estrada e sua conservação na
623 forma em que estava. O que ocorreu? Esse saibro, pelo desenho inadequado, a base
624 colocada ali foi arrastada pelas chuvas, provocando um dano sério ao Parque, na
625 avaliação técnica que fizemos. Ou seja, esse material todo era carregado para os
626 pequenos arroios, aumentando a erosão e ocasionando também a necessidade sempre
627 de importação de material externo para a manutenção da estrada com tratores e outros
628 materiais pesados necessários para essa recuperação. Além disso, nós teríamos
629 sempre uma estrada que seria insegura para o trânsito de passageiros. Em função

630 disso, previmos a instalação dum pavimento, depois de um projeto que nós
631 solicitamos ao DAER, o DAER colaborou de uma forma de parceria conosco para a
632 execução desse projeto, que é um projeto que vai trabalhar no leito original, e não
633 estamos tendo nenhuma alteração do traçado da rodovia original, apenas alguns
634 refúgios, pois é uma estrada de apenas quatro metros, pois se temos alguns locais em
635 que os ônibus podem-se encontrar, há necessidade de que possa haver uma circulação
636 de dois ônibus num mesmo momento na estrada, por meio de blocos de cimento, que são
637 blocos de cimento, colocados um a um, que além de permitir um certo grau de
638 infiltração da água entre eles, permitem também que, no futuro, a própria vegetação
639 vá-se infiltrando entre eles, e a vegetação em todas as margens das estrada há retorno
640 de gramíneas a este pavimento. Isso vai fazer com que nós tenhamos diminuído o
641 problema da erosão e garantido também um processo de visitação segura no Parque.
642 E não nos interessa ter um acidente com um veículo coletivo ou com veículo de
643 excursões lá dentro. Depois eu me coloco à disposição para perguntas sobre este
644 calçamento que está sendo feito na Estrada da Praia de Fora. Com relação a situação
645 fundiária do Parque, que é importante já deixar salientado uma questão. O Estado tem
646 a posse, e a imissão de posse é antiga, de toda a área do Parque. Se não tivesse, não
647 poderia ter feito as obras que fez, não poderia estar administrando o Parque como
648 administra há muitos anos. Então, o processo de desapropriação aconteceu da
649 seguinte forma: em 73 e 76 dois decretos fizeram o processo de desapropriação e o
650 Estado depositou 80% do valor que seria necessário para imissão de posse, e esses
651 recursos foram retirados pelos proprietários, e o que ficou em discussão desde aquela
652 época, e é um processo que perpassa muitos anos, foi o valor definitivo da
653 indenização a ser devido a esses proprietários. Deve-se ressaltar que muitos destes
654 processos já têm sentença judicial. Muitos deles já foram pagos, outros estão na fila
655 dos precatórios para pagamentos. Restam poucos processos ainda com possibilidade
656 de acordo, com acordo judicial, que é onde nós poderíamos acertar com o
657 proprietário, pois eles não têm sentença ainda, um determinado valor para que
658 pudesse ser esse valor pago antecipadamente à sentença, pois depois da sentença só
659 no momento de pagamento dos precatórios isso poderia ser feito. Só que muitas vezes
660 temos dificuldades em acertar esses valores com os proprietários. Muitos advogados
661 dos proprietários querem receber pelo valor do granito rosa existente nas suas
662 propriedades. E isso o Estado não pode e não deve pagar, pois este granito não
663 poderia sequer ser extraído. Então, ele não pode entrar no cálculo de que nós
664 devemos pagar todo esse valor ao proprietário. E isso acontece em outros processos
665 de desapropriação que nós sabemos no País, quando os proprietários querem receber
666 inclusive pela madeira existente na propriedade, inclusive as que estão em áreas de
667 preservação permanente que nunca poderiam ser cortadas. Fala-se muito na máfia das
668 desapropriações que existe principalmente no Estado de São Paulo. Então, são
669 questões que o Estado tem regras para tratar. Queria deixar claro com relação às
670 desapropriações, pois este é um assunto que é caro desde à época em que eu
671 participava do movimento ambientalista, e que tivemos os confrontos com a retirada
672 dos loteamentos de invasores de dentro, e foi essa imissão de posse que o Estado
673 tinha da área que proporcionou a retirada de mais de mil casas de dentro, e isso são
674 várias gestões de Governo para se conseguir um resultado desses, e não se pode

675 levantar agora a questão dos desapropriados, que estão dentro dum processo judicial
676 com um impeditivo para a abertura do Parque. Que esse impeditivo fosse, seria um
677 impeditivo para realização de obras. E aí nenhuma obra poderia ter sido feita sem que
678 os proprietários estivessem sido totalmente indenizados. Então, esta é uma questão
679 que eu queria deixar muito clara, pois temos feito um esforço inclusive na tentativa
680 de buscar acordos, e não temos conseguido esses acordos que ainda são possíveis, em
681 torno de 10% dos processos originais de desapropriação do Parque. Eu vou-me
682 colocar à disposição depois para outros questionamentos para que a gente possa
683 continuar respondendo sobre o Parque Estadual de Itapuã. **Sr. Presidente:** Antes de
684 abrir ao Plenário, vou passar a palavra ao Sr. Vilário. **Sr. Vilário Aguiar:** Meus
685 amigos, minhas amigas, senhores Conselheiros, o Cristiano que leu o Correio do
686 Povo, o meu respeito a todos vocês. Quero que vocês analisem as minhas palavras e
687 olhem para o meu olhar se falo a verdade. Estou com 66 anos e sou da Praia de
688 Itapuã, sou neto do velho Manuel Soares da Silva, Alberto Soares da Silva é meu tio.
689 Aquilo ali, meus companheiros, era fazenda que nós tínhamos gado lá dentro. Lá os
690 pescadores a vida deles lá era criar peixe, vender peixe, marcação de gado, todos os
691 finais de ano tinha marcação de gado lá, a qual eu sempre acompanhava. Não é
692 verdade: mil famílias que saíram de lá não foram os proprietários. Foram os
693 invasores, sim, na beira da praia. Os proprietários estão sofrendo. Ali naquela tela,
694 estava vendo ali, fala muito bacana o Parque de Itapuã que é apelido, pois aquilo era
695 a Fazenda de Itapuã, a qual os meus parentes foram expurgados de lá. Perderam os
696 seus empregos, aquilo ali era atafona de fazer farinha, aquilo ali era alambique de
697 fazer açúcar. E muitos dos que ouvi aqui falar, meus amigos, não é verdade.
698 Atualmente estamos sofrendo. E quero que os senhores Conselheiros, que estão na
699 minha frente, a qual estou vendo que alguns têm uma certa idade conforme eu tenho,
700 que pensem bem no que aconteceu lá. No mês de agosto para setembro o senhor
701 Rogério, que está na minha frente aqui, o companheiro Rogério, expurgou uma casa
702 da minha tia de lá, e dói na consciência, meu companheiro. A nora dela estava dentro
703 de casa, o senhor diretor daquele Parque falou para a nora dela que tinha uma reunião
704 aqui em Porto Alegre e trouxe-a de carro. E chegando aqui em Porto Alegre ele fugiu
705 dela e deixou dentro numa sala e ela foi embora de ônibus. Não havia reunião
706 nenhuma aqui em Porto Alegre, isso no mês de agosto para setembro. E mais ainda:
707 no momento que ele tirou a minha tia de lá com 84 anos de idade, tirou a nora da
708 minha tia, havia uma máquina arrancando a casa dela de lá, na Lavoura do Junco. E
709 isso quero que vocês tenham sinceridade, companheiros, não mentira! Pela lógica o
710 Governo deve pagar os proprietários. Ele pagou 5% só. E eu não recebi nada, e nem
711 os meus tios, que estavam lá em cima, e nem a minha tia, que tem 84 anos, que ela
712 está no olho da rua lá. Está no Correio do Povo do dia 7, e descobriram o meu nome
713 pelo Correio, e não conheço os companheiros que estão aqui. O meu respeito por
714 vocês, gurizada, Deus proteja vocês, que sempre tenham os anjos da guarda
715 acompanhando a necessidade dos pobres. O Governo não sabe disso, tenho certeza.
716 Eu votei no Olívio Dutra. E ele não sabe o que está acontecendo lá em Itapuã. Pela
717 idade que estou vendo de vocês, devem trancar no dia 22 a inauguração. Porque estou
718 na Rádio da Itapuã há 3 sábados lá falando, e estive na Rádio Farroupilha esta
719 semana. Estou criticando vocês, estou. E quem fala a verdade não merece castigo,

720 meus companheiros. Não adianta vocês hoje virem com conversa fiada, aqueles que
721 estão fazendo Parque lá, que é muito bonito, bonito mesmo, mas queremos
722 pagamento. Queremos o Parque, muito bonito, mas também queremos dinheiro.
723 Como é que vocês vão ficar devendo aos proprietários e vão querer cobrar lá R\$2,74
724 a entrada? Está no jornal que vocês botaram. E vão pagar a entrada para quem? Para
725 nós, que somos donos das terras. E não recebemos dinheiro ainda! Lá no Presidente
726 da República tomaram conta dumas terras dos parentes dele e meteram o Exército
727 para tirar. Agora, o Governo está tirando terra. Na segunda-feira é Dia da Terra, e foi
728 dito que iriam comemorar o Dia da Terra. Mas dê terras, e não tirem as terras de
729 quem tem. Então, os miseráveis podem tirar a terra e mete a polícia em cima. O
730 Governo está tirando? Está tirando. Pensem bem, meus companheiros. A minha
731 sugestão é a seguinte: inauguração agora, não! Os Conselheiros que pensem bem isso
732 aí, e se os Conselheiros têm as suas mentalidades, se eles têm as suas consciências e
733 têm a sua família aqui em Porto Alegre e eles não sabem o que estão sentindo lá o
734 pessoal lá de Itapuã. Eu tenho tia de 84 anos, meus companheiros, está sofrendo, e ela
735 quase morreu do coração quando perdeu a casinha dela. Tiraram a casa dela com
736 todos os móveis dentro. E quem é que vai pagar a casa dela agora? Ela pagou para
737 fazer a casa. E quem é que vai pagar? É o Estado? Se o Governo não pagar, vocês
738 façam uma vaquinha do bolso de vocês e vão lá pagar, se tiverem realmente a
739 consciência. Penso comigo: o que é meu, é meu. Prefiro dar para os pobres mas não
740 tirar. Quero que os Conselheiros analisem as minhas palavras, pois não vim aqui para
741 falar de ninguém. Venho aqui, sim, para pedir o que é nosso e quero que esses
742 companheiros que estão aqui, esses três membros que me procuraram, eles não me
743 conheciam, e fizeram um amigo, e quero que todos vocês fiquem analisando as
744 minhas palavras, pois quero sinceridade. Se esse Governo é sério, votei nele, na
745 ocasião, vocês devem analisar isso aí antes de inaugurar aquilo lá, pois vai ser
746 excomungado. Se vocês não pagarem aquilo ali vai ser excomungada aquela parte. E
747 não sei, Sr. Diretor daquele Parque, olhe para esse pessoal, e não fiquem arrancando
748 casa, não fiquem maltratando o pessoal lá, e não fiquem perseguindo aquele pessoal
749 lá. Aquele pessoal é humilde, e querem sinceridade, amizade. Muito obrigado pela
750 atenção. Sou um amigo de vocês, e onde me encontrarem, vão encontrar um amigo.
751 Não quero guerra ou inimizade com vocês. Quero amizade, sinceridade e verdade de
752 vocês. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Obrigado, Seu Vilário. A Mesa faz um
753 esclarecimento ao senhor. Na verdade, o Conselho não é responsável por promover a
754 reabertura do Parque. Isso é uma responsabilidade do Governo do Estado. E esse
755 assunto nunca foi discutido no CONSEMA, estão sendo discutido agora por
756 solicitação de alguns Conselheiros, mas nem todos os Conselheiros aqui são do
757 Governo, inclusive, e a maioria dos Conselheiros são da sociedade civil e não são do
758 Governo do Estado. E isso é só para o senhor ter esse esclarecimento para não achar
759 que as pessoas tenham uma responsabilidade que elas não têm. Temos o Luiz Felipe,
760 Diretor do DEFAP, quanto o Rogério para esclarecimentos quanto à manifestação do
761 Seu Vilário. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** Vejam quanto é difícil administrar uma
762 unidade de conservação. Vou relatar o caso da casa, até pois há registro policial
763 disso. E nós tínhamos casas já de posse do Estado cujo Plano de Manejo previa a
764 demolição. As casas já estavam de posse do Estado. Tivemos uma invasão, de

765 algumas destas casas, em agosto do ano passado, por indivíduos armados, e sabe que
766 portar armas dentro de unidade de conservação é crime previsto pela Lei de Crimes
767 Ambientais, que ameaçaram a nossa fiscalização, fazendo com que nós tivéssemos
768 que buscar reforço policial junto ao Batalhão de Polícia Ambiental e a Brigada
769 Militar de Viamão para procurar interpelar estes moradores que tinham feito esta
770 invasão. Qual era o nosso objetivo? Notificar essas pessoas que invadiram a casa
771 para que fossem retirados do local. A nossa fiscalização entrou na casa e retirou duas
772 armas, sendo que uma das pessoas que estava com as armas era um presidiário que
773 estava em sistema aberto. Essas armas foram conduzidas para a Delegacia de Polícia
774 de Viamão onde o processo judicial está em andamento. Então, temos que separar um
775 pouco as coisas. Quem coordenou a ação pessoalmente fui eu, e nós, ao chegar na
776 casa, num sábado, posso depois precisar a data, as casas estavam vazias, não havia
777 ninguém nas casas, e nem próximo delas, e foi lavrada uma ata de reintegração de
778 posse.; o Estado retomou a posse daquelas casas e imediatamente nós trouxemos um
779 trator e fizemos a demolição conforme previsto no Plano de Manejo para evitar que
780 ações como essa pudessem-se tornar rotina e daqui a pouco tivéssemos pessoas com
781 esta índole invadindo novamente o Parque Estadual de Itapuã. Então, muitas vezes,
782 como foi no episódio da Estrada do Colono, a administração das unidades de
783 conservação tem sim que tomar atitudes duras, sob pena de nós nunca termos estas
784 áreas implantadas. Toda esta ação está registrada, e podemos trazer aos Conselheiros
785 se for de interesse, para que possam saber a total realidade dos fatos. Em realidade,
786 foi uma ação coordenada por este Diretor do Departamento. Obrigado. **Sr. Rogério**
787 **Castro:** Seu Vilário. A questão da implantação do Parque Estadual de Itapuã pode
788 ser colocada de duas formas. Toda esta infra-estrutura que foi colocada, a questão de
789 pessoal, o trabalho com a comunidade. Hoje a gente tem o retorno da comunidade de
790 Itapuã, uma coisa muito forte em relação ao Parque Estadual de Itapuã como um
791 gerador de desenvolvimento sustentável na região. Quer dizer, há vários grupos de
792 pessoas interessadas em investir em ações relacionadas com o Parque e fazer da
793 região de Itapuã, uma região com uma outra filosofia de trabalho e desenvolvimento.
794 Todos estes funcionários contratados para trabalho no Parque têm uma outra relação,
795 que não é esta relação de início de implantação, uma relação em que esta questão da
796 regularização fundiária foi uma relação forte, e a gente coloca para os proprietários
797 esta separação. Quer dizer, o programa e os trabalhos de regularização fundiária do
798 Parque seguem andamento, eles não terminam com a reabertura do Parque. Isso pode
799 durar vários anos, pois como o Felipe falou, e quero ressaltar, que são vários
800 processos e situações diferentes. Há processos que vamos poder dar andamento e
801 tentar conseguir acordo e, por coincidência, o do Seu Alberto Soares é um deles, é um
802 que não foi julgado ainda. E é importante os proprietários se aproximarem mais dos
803 advogados, saberem mais o que está a sendo feito em função do processo e os
804 processos que foram julgados, a equipe de implantação, a equipe de manejo do
805 parque não trata desses processos julgados. Os processos julgados são tratados direto
806 co a Procuradoria do Estado e tem uma relação com os precatórios. Isso tem que estar
807 claro para todos os Conselheiros que não são todos os proprietários expropriados do
808 Parque que têm a mesma situação e vão ter o mesmo encaminhamento. **Sr.**
809 **Presidente:** Antes de passar a palavra ao Maurício, a Mesa vai fazer apenas um

810 relato. Foi recebido pela Secretaria de Meio Ambiente no dia 02 de abril deste ano
811 uma solicitação do Ver. Sebastião Melo, aqui de Porto Alegre, e vou ler pois tem a
812 ver com a questão fundiária do Parque: “Sr. Secretário. Dirigimos a V.Sra. com o
813 intuito de agendar uma visita juntamente com os ex-proprietários que tiveram as suas
814 terras desapropriadas no Parque Itapuã com a máxima brevidade. Certos de seu pronto
815 atendimento ao solicitado, renovamos-lhe nossa consideração”. Este ofício está datado
816 do dia 02 de abril. A resposta da Secretaria foi dada no dia 15, foi formalizada no dia
817 14, e que foi: “Ao cumprimentá-lo cordialmente dirigimo-nos a V.Sa. para em
818 resposta a sua correspondência de 02 de abril, referente à solicitação de agentes,
819 informar que o seu pleito será atendido no dia 17 de abril do corrente, quarta-feira, às
820 9h30min pelo Diretor-Geral e Secretário Adjunto Sílvio Botelho e pelo Diretor do
821 DEFAP, . Luiz Felipe Kunz Junior, nesta Secretaria, na rua Carlos Chagas, gabinete
822 do Secretário”. No dia anterior a essa data de 17 de abril o Vereador informou que
823 não tinha mais interesse na visita. Só para destacar isso que houve uma tentativa e
824 abertura para que se fizesse esse trabalho mas hoje desistência por parte do Vereador
825 e nós desconhecemos o porquê. A Mesa sinaliza que após a manifestação do
826 Maurício dará prioridade à manifestação dos senhores Conselheiros, para que não
827 venhamos a ficar num ping-pong entre o DEFAP e os nossos convidados. **Sr.**
828 **Maurício V. de Souza:** Durante um bom tempo trabalhei na ONG Comissão de Luta
829 pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã, a qual não participo mais. Venho aqui
830 em nome do conhecimento que tenho do local, do conhecimento de mais de dez anos,
831 e a da preocupação que a gestão tem com processo de implantação do Parque
832 Estadual de Itapuã. Primeiro, gostaria que ficasse bem claro que a gestão não vem
833 aqui com objetivo de pensar no impedimento da abertura do Parque, uma vez que a
834 gestão reconhece o Governo como responsável por isso, nas palavras do próprio
835 Secretário do Meio Ambiente, o ônus também vai ser do Governo. A gente vem
836 preocupado em que a coisa aconteça do modo melhor, em respeito ao local, as
837 pessoas que moram no local, e a história do local. A gestão considera bastante
838 estranho que esse assunto não tenha sido pauta do CONSEMA antes porque, em
839 nome duma dita transparência, parece-me que o próprio Governo deveria ter tomado
840 a iniciativa de trazer isso ao Conselho, que é de fato o órgão superior do Sistema
841 Estadual de Meio Ambiente e Unidades de Conservação. Seria, no mínimo, delicado
842 da parte do Governo do Estado ter tomado esta iniciativa e procurar as pessoas, a
843 sociedade para dar a ela o que é dela. Mas isso fica bem estranho, que haja o convite
844 então para que o Conselho vá avaliar depois do Parque abrir e fica bastante
845 contramão. E quanto a ação de 94, a gente tem realmente tem noção que os pontos
846 foram sendo vencidos, e foram bem feitos, foi cumprido, e a gente está pedindo,
847 assim como os outros documentos, que as pessoas tenham acesso a isso; que a
848 publicidade, como é um princípio do direito, chega a todo mundo. Quer dizer, tu
849 fazeres uma obra do porte da estrada sem dar publicidade a ela, alegando que tudo
850 está de acordo com certos princípios que não são universais, e nem são de consenso.
851 Nesse sentido, parece-me que é um abuso, sim, de parte do Estado sobre um bem
852 público. Esta é a minha opinião. Gostaria de deixar ainda uma pergunta: quantos
853 guarda-parques têm? Não o pessoal da vigilância, que é vigilância patrimonial,
854 colocar ainda quanto a questão do plano de prevenção de incêndio, que seja

855 apresentado com a máxima urgência, junto com os outros documentos, é lógico. E a
856 questão de ficar falando já cansou, na verdade. E faz muitos anos que isso se arrasta e
857 muitas das vezes os documentos não aparecem. Então, a gente está só pedindo que os
858 documentos estejam de posse dos Conselheiros para que eles possam avaliar, só isso.
859 E acho que isso é uma coisa mínima, e que o Estado, com qualquer partido,
860 independente de qualquer tendência, teria essa obrigação. Por fim, gostaria de
861 perguntar se a comunidade local foi convidada para a abertura com aquele convite
862 que pede em letras miúdas a apresentação indispensável na data. E quanto a questão
863 fundiária, acho muito ruim, muito chato, e isso deve estar passando em várias pessoas
864 aqui dentro, de como a gente tem duas versões completamente diferentes do mesmo
865 fato, e isso aí deixa, no mínimo, um mal-estar, e isso vai fazer mal no jantar das
866 pessoas, inclusive e quanto a questão da estrada, acho que vai dar muito pano para
867 manga ainda, espero que funcione bem, mas o parque, como o Rogério tinha dito
868 logo no início, que ele tinha um problema que era a vocação turística do local, e isso
869 dificultava as ações mais de conservação. E a estrada veio no sentido até de adequar o
870 ambiente natural à necessidade turística ao invés de adequar o turismo à realidade do
871 local. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Lamento que o Rogério sempre
872 manteve um sorriso irônico quando as pessoas se manifestam, mas espero que os
873 outros Conselheiros levem a sério isso e o dia de abertura está marcado, dia 22,
874 vamos ver o que acontece. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** Queria só salientar de
875 novo aos Conselheiros de como é difícil a gente trabalhar com a conservação e com o
876 conceito de patrimônio público. Como é muito mais fácil trabalhar com a questão do
877 patrimônio da propriedade individual, e como é difícil a gente transformar muitas
878 vezes, e haver coisas que sejam públicas e funcionem. Há uma regra geral no País e
879 vou repetir de novo: O Estado tem a imissão de posse da área há muitos anos. Se não
880 pudesse reabrir por esse motivo, não poderia ter construído nada e nem estar
881 exercendo total domínio sobre a área como tem hoje. Então, esse é um primeiro
882 ponto que tem que ficar claro. E nós, como Estado, defendemos que aquela
883 administração da área continue sendo pública. Então, lógico que há a questão da
884 indenização dos proprietários, é um processo que tem 30 anos, e não é culpa deste
885 Governo, apenas, evidente que há os 3 anos e 3 meses desse Governo dentro dos
886 processos. Como o Rogério disse, há toda uma intenção nossa de fazer os acordos
887 possíveis aí. Pretendemos fazer com que esses proprietários possam receber antes da
888 sentença judicial e levar isso até o final. E essa é a versão única que existe. Não há
889 duas versões para isso. Não há isso que o Estado não pagou ninguém. Não foi 5%, foi
890 80% do valor, e isso está na Justiça, os documentos estão na Justiça, há processo
891 individual para cada um dos proprietários. Temos todos os registros dessas questões
892 da administração do Parque, repassaremos aos Conselheiros, na medida do possível, e
893 nem todos estão assim, plano disso, programa daquilo, não estão todos eles definidos
894 desta forma, apesar de haver toda uma rotina de controle de prevenção de incêndios,
895 foram comprados equipamentos. Há uma rotina de pessoal de vigilância e
896 funcionários na observação diária de possíveis focos de incêndio no Parque, só para
897 dar esse exemplo. Todo o equipamento de prevenção de incêndio já está comprado
898 via Pró-Guaíba, os funcionários já foram treinados para o seu uso. Então, por isso que
899 reforço a tese do convite aos Conselheiros para que visitem o Parque. Inclusive

900 convido para uma reunião específica podendo usar o Centro de Visitantes do Parque
901 para que nós possamos mostrar aos Conselheiros toda a estrutura do Parque para que
902 possa ficar sanada essa questão se a abertura do Parque está sendo feito de uma
903 maneira irresponsável ou não. Quero colocar novamente à disposição, podemos fazer
904 uma reunião de ida inteiro no Centro de Visitantes, percorrendo o Parque, todas as
905 áreas de visitação, que já vão estar abertas em funcionamento analisando a qualidade
906 dessa visitação para que possamos até colher subsídios dos Conselheiros para esta
907 questão. Se de fato há uma mão do Governo que não pautou isso antes, existe também
908 interesse dos Conselheiros em ter discutido isso antes, e isso é uma questão que
909 também cabe aos Conselheiros decidir sobre o que se discute, até porque abrimos
910 mão de vários assuntos que estavam na pauta de hoje para colocar o assunto em
911 discussão quando a solicitação original não era nem de entidades Conselheiras.
912 Felizmente algumas entidades Conselheiras abraçaram essa questão e colocaram em
913 pauta em detrimento de outros assuntos que já estavam previamente pautados. E entre
914 os Conselheiros não há nenhuma restrição com relação à discussão desse tema e por
915 nós, do Departamento do Florestas de Áreas Protegidas, gostaríamos de ter o prazer
916 de ter uma reunião de dia inteiro marcada no Parque para que pudéssemos esclarecer
917 ponto a ponto, item a item para os Conselheiros, inclusive com visitas ao local. **Sr.**
918 **Presidente:** A Mesa gostaria de alinhar algumas idéias para que a gente possa
919 tentar dar o encaminhamento a esse tema, e temos outros temas importantes na pauta
920 do dia. Em primeiro lugar, parece-nos evidente o esforço feito pelo Governo do
921 Estado, por meio do Pró-Guaíba, por meio do trabalho do DEFAP no sentido de
922 melhorar a infra-estrutura do Parque, o que significa também melhorar a implantação.
923 Nós temos acompanhado também a preocupação do DEFAP no sentido do momento
924 correto de abertura e, obviamente, com as devidas proteções. Nós estamos vendo que
925 há pendências em relação à questão fundiária de indenização, que é uma questão
926 conhecida publicamente, e estamos também já vínhamos tomando ciência das
927 preocupações importantes que trazem os nossos convidados aqui. E há também
928 algumas questões que nós presenciamos aqui, não há uma concordância de termos. É
929 um tema importante e certamente os Conselheiros vão querer esclarecimentos sobre
930 estas matérias e a possibilidade de discussão evidentemente de checagem se de fato
931 as condições que temos lá são as condições ideais, não no sentido de fechar ou abrir,
932 mas no sentido de tomar as devidas providências de correção daquilo que foi julgado,
933 que não esteja devidamente adequado. Por outro lado, verificamos aqui que o DEFAP
934 tomou várias medidas importantes. E temos concordância de que o Estado tem que
935 trazer este tema, e tem que trazer os temas importantes para o Conselho, provocar o
936 Conselho nesses temas importantes, como temos feito, e acho que em muitos casos é
937 tão difícil imaginar o trabalho de Itapuã como um trabalho que traga conflito, e talvez
938 seja o excesso de pensar esse trabalho somente como um trabalho de fato positivo, é
939 difícil achar um lado negativo para isso, mas estamos vendo que há preocupações
940 diferenciadas, e que em alguns pontos há divergência, e é um trabalho que todos
941 estão bem intencionados, com certeza, onde o DEFAP realizou, ao longo dos anos,
942 um trabalho dedicado, que talvez seja insuficiente em algum ponto, e isso tem que ser
943 devidamente discutido, e a todas as iniciativas que o DEFAP já tomou de alteração de
944 Plano de Manejo que de fato deva ser devidamente formalizado, que seja de

945 conhecimento público também. A Mesa, pelo que escutou aqui, gostaria de apresentar
946 isso ao Plenário e acho que o encaminhamento mais correto desse tema, de fato, é
947 uma visita *in loco* ao Parque de Itapuã e que se pautem item a item todas estas questões
948 e que elas tenham oportunidade de serem devidamente esclarecidas ou então que este
949 Conselho abra um processo de visitação e de checagem de todos os pontos que foram
950 debatidos aqui neste Conselho hoje. Evidente, que não temos nesta reunião a
951 oportunidade de tomar uma posição final sobre estes temas. Evidentemente, no
952 sentido de ampliar a proteção do Parque que é, de fato, o objetivo de todos aqui: do
953 DEFAP, daqueles que apresentam preocupação sobre as condições para a reabertura.
954 Então, a Mesa já devolve a palavra ao Plenário com a proposição de encaminhamento
955 pela importância do tema e devido ao adiantado da hora, que é acatar a proposição de
956 visita do Pleno do Conselho ao Parque e que se faça uma visita lá; e que lá mesmo se
957 faça uma reunião onde se apresentem esclarecimentos e se dê encaminhamento a cada
958 um dos pontos, aqui, por exemplo, da publicação das alterações do Plano de Manejo,
959 que foram feitas com uma intenção positiva, que melhoraram o Parque mas que, de
960 fato, não foram publicadas e têm que ser publicadas. Isso é o que a Mesa apreende da
961 discussão. Então, a Mesa já devolve a palavra aos Conselheiros com esta proposição
962 de encaminhamento. **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr. Presidente, Srs. Conselheiros,
963 srs. Convidados. Vou pedir permissão para algumas considerações sobre o que vi e
964 ouvi aqui. Realmente, a implantação de unidades de conservação, como bem
965 salientou o Diretor Felipe é algo muito difícil, principalmente no nosso País. Ao
966 longo do tempo foi atitude costumeira de governos cumprimentar com o chapéu
967 alheio. Em 1956, no Governo Juscelino Kubischek, criou-se o Parque Nacional de
968 Aparados da Serra, para citar um caso do Rio Grande do Sul. Que maravilha este
969 Governo que vai salvar 13 mil hectares, onde temos uma beleza paisagística
970 maravilhosa, que realmente é o Parque do Itaibezinho tem essa beleza cênica
971 maravilhosa, e um ecossistema da mais alta riqueza e diversidade. Mas não pagou os
972 proprietários! Mas isso é uma loucura! Eu faço um Parque e deixo os proprietários
973 comendo capim? Mas nem isso pode! Porque é intocável a vegetação do Parque, e
974 nem capim os proprietários podiam comer! Em 1976, era delegado do IBDF,
975 preocupei-me com o problema social, casas caindo, uma velhinha, como o nosso
976 amigo falou lá do Parque de Itapuã, com seus 84 anos, e era uma velhinha mais nova,
977 tinha uns 70 e poucos anos, não sei precisar, e a casa caindo, não podia derrubar uma
978 araucária para fazer a reforma da sua casa. E aquele litígio: tem que pagar. Tem que
979 pagar. Criou-se o Parque, desapropria, paga e cada um vai recomeçar noutra lugar e
980 com aquele sentimento de tristeza, pois se estou numa propriedade e sou
981 desapropriado, isso é uma ação do Estado contra o meu direito de propriedade, e
982 mesmo me pagando eu posso ter uma integração emocional com aquela terra, que
983 pode ter sido do meu avô, bisavô, mas, no fim, as coisas acontecem assim. E o Parque
984 de Aparados da Serra, lutamos lá, e depois fui diretor em Brasília, e a minha meta era
985 pagar o último metro quadrado de terra. E aí vem as questões judiciais, os acertos,
986 advogados, juízes e essa coisa é realmente muito desgastante. Cito esse exemplo para
987 chegar no Parque de Itapuã. Foi criado em 1973, que beleza, cria o Parque. Mas tem
988 que imediatamente o Governo que cria o Parque, criar as condições de recomodar o
989 pessoal que está lá, fazer os acertos e não criar problemas sociais e nem emocionais.

990 Então, vocês vêem: 73 para 2002 são 29 anos e ainda há essas pendências, coisa triste
991 isso aí! É claro que é importante que se traga ao CONSEMA mas acho que não somos
992 o fórum adequado. Pode ser como um desabafo das pessoas que estão envolvidas,
993 mas, na parte da desapropriação em si, cada Governo deve ter tomado alguma
994 medida e o atual Governo está conseguindo chegar numa posição de conseguir
995 inaugurar o Parque. Mas essa parte de desapropriação é na Justiça, ou por acerto,
996 decisões judiciais, enfim. É claro que também nós ficamos preocupados pois estamos
997 vivendo hoje no Brasil não sei se um estado de direito. Porque o direito de
998 propriedade que para mim é básico da democracia, recentemente um juiz em Passo
999 Fundo deu ganho de causa numa invasão porque eram poucos hectares, então pode
1000 entrar. Se eu tenho uma casa com dez quartos outros podem entrar em três quartos e
1001 agora um desembargador ontem, numa invasão de propriedade achou que é uma
1002 agressão tirar o invasor, e o invasor invadia a propriedade e não era agressão. Na
1003 minha cabeça estou meio confuso. Mas, mesmo assim, acredito no Poder Judiciário.
1004 Se um ou outro juiz tem as suas decisões, e sempre cabe recorrer, acho que nós,
1005 Presidente Nilvo, Rogério, Felipe, não perdemos essa uma hora e meia aqui nesse
1006 debate pelo seguinte: o CONSEMA deve ser também o cenário para que haja uma
1007 catarse daqueles que eventualmente estão dentro desse processo de implantações de
1008 áreas que vão ser para o bem difuso da sociedade, mas que atingem diretamente
1009 algumas pessoas. Quer dizer, algumas pessoas, ou vão sofrer mais ou menos ou vão
1010 estar envolvidas no processo que vai atingir toda a sociedade para o bem de todos. E
1011 que deve ser sempre o menos traumático possível. O senhor Vilário desabou aqui, e o
1012 senhor está aqui perante as entidades que compõem o Conselho do Meio Ambiente,
1013 autoridades representativas do Governo, e o senhor foi ouvido, com a maior atenção,
1014 com o maior carinho e isso aí foi importante. Acho o seguinte: primeiro, esta parte
1015 fundiária não deverá voltar ao Conselho pois há um ritual próprio para cuidar desse
1016 tipo de assunto fundiário; segundo, Plano de Manejo: apesar de ter, durante algum
1017 tempo da minha vida, prestado serviço do IBDF, que cuida das áreas protegidas em
1018 nível nacional, o Plano de Manejo é um trabalho eminentemente técnico. Há normas
1019 técnicas, há princípios, há todo um embasamento técnico-científico que norteia a
1020 elaboração dum plano. No meu entendimento, o que se pode fazer é apresentar ao
1021 CONSEMA um Plano de Manejo de uma área protegida mas não cabe colocar como
1022 uma de votação. E eu, com pouco conhecimento disso, não me sinto preparado para
1023 opinar e modificar ou votar. Claro que por experiência cada um pode dar algum
1024 palpite, mas isso é algo técnico-científico que não deve ser votado. Concluo, Sr.
1025 Presidente, desculpa se me alonguei, mas com essas duas recomendações finais:
1026 primeiro, que não volte ao Conselho esta parte de regularização fundiária, que ela é
1027 crucial, realmente, mas que é um assunto que é de outra esfera, e quanto ao Plano de
1028 Manejo, cumprimento vocês por nos convidarem, pois isso aí é o que o DEFAP e a
1029 SEMA podem fazer, ou seja, os Conselheiros todos estão convidados, participam, e
1030 se alguém mesmo não entendendo muito e achar que isso não está muito bem e será
1031 ouvido e quem sabe até pode vir alguma sugestão dum leigo. Acho que nós
1032 encaminhamos bem esse assunto, e é claro que outros Conselheiros vão também se
1033 manifestar, mas acho que o encaminhamento final foi o correto. E quero, inclusive,
1034 ter o prazer de estar com todos vocês participando desta visita lá, mesmo não tendo

1035 uma competência para dizer o que tem que ser feito e o que não tem que ser feito. **Sr.**
1036 **Presidente:** Acabamos de receber um ofício assinado pelo Cristiano, Maurício e
1037 Leandro e que facilita o encaminhamento desta reunião, põe no papel todos aqueles
1038 itens que já foram falados e constam em Ata, mas há a relação de todos os
1039 questionamentos e documentos que já foram citados, como o Plano de Programa de
1040 Uso Público do Parque Estadual de Itapuã, o Programa Interpretado do Parque,
1041 Sistema de Monitoramento Completo, Plano de Proteção e Combate a Incêndios,
1042 Relatório da Situação Fundiária do Parque, Plano de Retirada do Gabião,
1043 Documentos de Revisão do Plano de Manejo e que podem servir como um roteiro
1044 realmente para a discussão que está sendo proposta e que a Mesa inclusive propôs
1045 como encaminhamento lá *in loco* no Parque de Itapuã. **Sr. Arno Leandro Kayser:**
1046 Em primeiro lugar a gente acolheu a manifestação do Maurício, do Cristiano e do
1047 Leandro, pois como a gente como membro do Conselho temos um profundo respeito
1048 pela Comissão de Luta do Itapuã, e a gente tem certeza que se todos os Parques do
1049 Estado tivessem um grupo de trabalho com a dedicação que esse grupo teve ao longo
1050 da história, certamente todos os Parques do Estado estariam perto da situação ou
1051 próximos da situação que hoje está Itapuã, que realmente tem uma enorme carga de
1052 investimentos públicos realizados lá, um trabalho bastante grande e a gente ficou
1053 muito tranqüilo de trazer essa manifestação, e a gente sabia que por essas pessoas se
1054 teria seriedade nessas colocações. E acho muito ruim a situação que se criou que o
1055 Parque está para ser reaberto na segunda-feira e o CONSEMA estar discutindo o
1056 Parque praticamente no último dia útil, numa situação que houve uma falha tanto da
1057 Secretaria como, acho que o Luiz Felipe tem razão, do próprio Conselho, de não ter
1058 tomado esses encaminhamentos, e poder-se-ia ter-se discutido isso talvez seis meses
1059 atrás, ter feito essa visita, que agora está-se pensando, e talvez a gente não tivesse
1060 chegado a esse fato. Mas assim é a história do movimento ecológico. Muitas vezes os
1061 Governos têm que levar uma paulada da sociedade para então aí as coisas andarem
1062 corretamente, e foi bom isso aí. E uma coisa muito séria, e o Sr. Vilário, lá de Itapuã,
1063 tem razão em fazer o seu desabafo, independente de problemas que há lá, e acho que
1064 o que o CONSEMA pode fazer, talvez seja mandar uma manifestação para a
1065 Procuradoria do Estado, que está tratando desta questão, no sentido de dar prioridade,
1066 pois realmente é uma coisa muito séria esses processos. E quem trabalhou com
1067 processo judicial sabe que essas coisas são arrastadas mesmo, mas muitas vezes as
1068 coisas podem andar quando há uma determinação política, que se nomeia alguma
1069 pessoa para tratar desse caso, ou, de preferência, alguém que tenha um certo amor à
1070 área lá para que essa questão não fique em aberto, pois realmente é uma coisa muito
1071 ruim e para a comunidade, como um todo, mesmo que haja essas compensações por
1072 meio de geração de trabalho e tal, aquelas pessoas têm um prejuízo na vida, e alguma
1073 parte, como bem o seu Lauro comentou, é insanável, impagável, é mesmo a questão
1074 sentimental e a questão do que poderia ter sido a vida dessas pessoas se o Parque não
1075 fosse lá. E acho que o CONSEMA pode fazer uma manifestação à Procuradoria, que
1076 está tocando esse assunto, para nomear alguém para dar prioridade a esse assunto.
1077 Acho importante a manifestação do pessoal com relação ao parecer do Ministério
1078 Público, e acho que a gente deveria ter algum documento do Ministério Público para
1079 ficarmos tranqüilos com relação ao que foi aqui demandado, pois essas ações do

1080 Ministério Público foram extremamente importantes para garantir, pois hoje não
1081 seriam mil, mas três ou quatro mil famílias ocupando aquelas casas, e o Ministério
1082 Público teve um trabalho bastante importante neste processo também, e uma coisa
1083 que é uma tendência um pouco ruim na atual administração é da não publicação de
1084 documentos, como o Plano de Uso Público é um caso. E na semana passada
1085 estávamos discutindo com a SEMA do documento da última CONFEMA, que ainda
1086 não veio a público, e do documento da Rio + 10 que era para ter sido nos enviado em
1087 quinze a vinte dias, e o recebemos na semana passada, setenta e poucos dias depois,
1088 quer dizer, o registro da história é fundamental pois senão a coisa fica circulando e
1089 muito poucas pessoas têm conhecimento, e a sociedade precisa ter acesso, e uma das
1090 formas é a publicação para que mais pessoas tenham acesso. E lembro do caso do
1091 Código Estadual do Meio Ambiente que tão logo foi aprovado, em poucos dias estava
1092 publicado. E são questões de se dar prioridade política a esses casos. E isso teria
1093 talvez evitado muitos problemas, até essa situação de tensão que está havendo aqui. E
1094 uma questão que não foi colocada, e que gostaria de reforçar, é a questão do
1095 Conselho do Parque e até não sei se deveria deliberativo, pois acho que é importante
1096 a gente criar esta experiência, e é um coisa que o nosso Conselho é consultivo, e que
1097 muitas vezes vai depender muito da boa vontade do Executivo. Se quiser consulta,
1098 consulta, e se não quiser consultar, não consulta. Talvez devemos pensar nesta
1099 questão do Conselho Deliberativo, com participação da comunidade de Itapuã, com
1100 participação também do movimento ecológico, enfim, de outros setores, do agentes
1101 econômicos, com as companhias de turismo, clubes, pescadores, todas aqueles setores
1102 que têm algum interesse direto ou indireto no uso da área. E acho que foi uma
1103 questão que não foi colocada. E a visita é interessante, embora com Parque já aberto.

1104 **Sr. Presidente:** A Mesa renova o apelo para que a gente já comece a pensar no
1105 encaminhamento da reunião e há outros temas importantes que precisam ser
1106 abordados pelos Conselheiros, para que a gente não acumule a pauta reunião a
1107 reunião. Uma coisa está clara no trabalho aqui hoje: todos têm preocupação com o
1108 Parque de Itapuã. Os investimentos sendo feitos lá, sem dúvida melhoraram o Parque.
1109 A reabertura do Parque é um momento histórico no Rio Grande do Sul, na luta de
1110 tantas pessoas pela preservação deste Parque e as limitações têm que ser discutidas e
1111 têm que ser corrigidas. Portanto, no que se trata agora de encaminhamento, é de nós
1112 definirmos um processo que qualifique à proteção ao Parque, que amplie a proteção
1113 que o Parque já tem e que resolva as debilidades que foram detectadas. E aí, Lauro, o
1114 Conselho pode ter um papel importante, mesmo que não seja um especialista em
1115 unidades de conservação. E muitas questões são importantes e que tenham mais
1116 informação. E dizer ao Conselheiro Arno que tem sido um esforço constante nosso
1117 dar publicidade aos nossos atos e aos documentos, mas é uma tarefa que não é fácil.
1118 Agora, uma coisa podemos garantir: o esforço tem absolutamente constante para
1119 informar numa situação de dificuldade estrutural mesma. Agora, este ano, estamos
1120 conseguindo desenvolver aqueles mecanismos que vão-nos possibilitar, de fato, a dar
1121 muito mais transparência e muito mais publicidade às ações, à documentação, criando
1122 esses mecanismos que não existiam. Então, é um esforço quase voluntário, quase
1123 pessoal para tentar dar transparência a uma estrutura que de fato nunca foi pensada,
1124 estruturas que nunca foram pensadas para isso. Mas a Mesa acata a crítica pois, de

1125 fato, temos tido dificuldades para produzir esses documentos e dar a devida
1126 publicidade a eles. Mas, nós concordamos com a observação do Conselheiro e a
1127 importância de fazê-lo. **Sr. Fernando Petersen Júnior:** Queria comentar algumas
1128 questões, procurando encaminhar a questão de Itapuã. Primeiro, acho que essa idéia
1129 de acompanhar todos os itens que foram apresentados, pelo documento que circulou,
1130 além de demonstrar segurança no trabalho que está sendo feito, permite ao Conselho,
1131 *in loco*, elidir qualquer dúvida que haja sobre todos os itens. Então, parece
1132 imprescindível que seja agendado isso para que seja procedida essa visita *in loco*.
1133 Segundo, a questão da reabertura do Parque e das indenizações dos proprietários são
1134 questões que felizmente ou infelizmente não têm vinculação nenhuma. Podemos
1135 lembrar que o Parque se encontra fechado há 12 anos e não houve um avanço
1136 significativo, como deveria ter havido na indenização dos proprietários, e se isso
1137 fosse a grande questão, os pagamentos estariam vencidos. Então, não me parece que
1138 enfrentar a abertura do Parque seja o caminho dos pagamentos acelerados. E me
1139 parece mais razoável que se solicitasse, e eu particularmente faço isso agora, se os
1140 outros Conselheiros entenderem que também têm interesse que a ele seja
1141 disponibilizado, por meio da Secretaria, uma busca junto à Procuradoria-Geral do
1142 Estado, da situação de cada proprietário dentro do Parque Estadual de Itapuã, tendo
1143 em vista a situação encontra-se vencida, ou seja, paga, ou encontra-se em processo de
1144 pagamento, ou seja, precatório, ou se encontra em processo indefinido, ou seja, sem
1145 decisão, o que não permite uma última ação da questão. Sem entrar no mérito de cada
1146 um deles, que não teria sentido, não teria produção nenhuma, mas permitir-se-ia
1147 dimensionar realmente se é 5% pago, 80% pago, porque, sem dúvida quem está há 29
1148 anos financiando o projeto desde o início, está com uma conta pesada para o lado
1149 deles. A partir daí poderá, como falou o Colega, ser objetivamente encaminhada
1150 alguma questão, mas a partir de dados e não de números dispersos. **Sr. Presidente:**
1151 O encaminhamento proposto contempla isso: esse encaminhamento não é só visitar o
1152 Parque mas também discutir cada um dos pontos que foram levantados aqui, que têm
1153 que ser informados e esclarecidos. Por exemplo, a informação sobre qual é a situação
1154 de fato hoje das desapropriações, e são questões que fazem parte deste processo que
1155 está proposto no encaminhamento. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** Esquecemos de
1156 abordar a questão do Conselho Consultivo. Tivemos uma certa dificuldade, pois o
1157 Plano de Manejo original não previa Conselho de Administração do Parque ou
1158 Conselho Consultivo. A Lei do SNUC previu esses Conselhos, como Conselhos
1159 Consultivos nas unidades de proteção integral; e por que Consultivos? Porque eles
1160 não podem tomar decisões que contrariem os princípios que regem essas unidades.
1161 Por exemplo, um Conselho de Gestão de uma área de proteção integral não pode
1162 tomar uma medida que vá contra as finalidades principais da área, por exemplo.
1163 Então, com base nesta determinação do SNUC, nós consultamos várias entidades da
1164 região e elas tiveram dificuldades o caráter consultivo apenas do Conselho. Depois
1165 de algum tempo, já conseguimos montar uma Comissão Provisória, que está sendo
1166 assinada a Portaria da Comissão Provisória de Implantação do Conselho Consultivo
1167 agora na segunda-feira, quando da reabertura do Parque. Esse Conselho Consultivo
1168 está tendo oito entidades, basicamente entidades da região, e ainda não há nenhuma
1169 ONG ambientalista colocada, apenas tivemos uma conversa esta semana, já tínhamos

1170 previamente agendada uma conversa também com as ONGs para tratar da questão de
1171 Itapuã e conversamos com Amigos da Terra, que compareceu, da necessidade que
1172 possamos ter, e se houver uma deliberação, até segunda-feira, de entidades
1173 ambientalistas que possam compor a Comissão Provisória, que vai estabelecer o
1174 Regimento e contatar mais entidades para que possamos ter a composição definitiva,
1175 isso possa ser colocado. Então, pode-se por correspondência, por uma manifestação
1176 direta na segunda-feira mesmo, e nós podemos ter inclusão já; e, a qualquer
1177 momento, pois na própria Portaria se prevê entidades que queiram e possam-se
1178 agregar à Comissão Provisória que vai fazer o Regimento e a implantação do
1179 Conselho. Com relação às desapropriações, dizer que a PGE não tinha o quadro
1180 Parque de Itapuã montado. Eles tratavam processo a processo individualmente a
1181 partir de cada movimento dum advogado da parte representada. Então, acessamos à
1182 PGE uma estagiária de Direito da Secretaria, que está fazendo este acompanhamento,
1183 e vamos poder relatar isso, pois também era nossa preocupação ter um quadro de
1184 como estava o andamento real dessas questões. Então, esse quadro está sendo
1185 montado pois antes a PGE tratava processo a processo. E é importante resgatar um
1186 fato histórico. Durante muito tempo os proprietários que haviam recebido aquele
1187 valor não davam nenhum outro seguimento ao processo na expectativa de que o
1188 Parque não mais funcionasse, não mais existisse. E isso ocorreu na década de 70 e na
1189 década de 80. Por isso também esse processo atrasou tanto tempo para a sua solução.
1190 Então, esses fatos têm que ficar claros quando a gente analisa um processo histórico,
1191 já são 30 anos, para que nós possamos analisar a questão com cuidado, e não pensar
1192 que a questão desapropriação surge hoje em 19 de abril de 2002. Ela é um processo
1193 de quase 30 anos. Obrigado. **Sr. Presidente:** Obrigado, Felipe. **Sra. Teresinha**
1194 **Guerra:** Acho pertinente esta preocupação do grupo da CLEPEI. Realmente, eles
1195 visam ajudar o pessoal no processo de implantação. E me preocupei um pouco pois o
1196 Felipe falou que não está nada publicado, mas creio que com certeza há documentos
1197 internos, e esse não é o problema para apresentar, inclusive, para nós, Conselheiros.
1198 Acho que nós ficamos um pouco prejudicados na apresentação do Rogério, pois se
1199 vocês tivessem um documento para a gente anteriormente ficaria mais fácil. E há uma
1200 tabela que não conseguimos ler, e que mostra o que foi feito, o que não foi feito, e
1201 com aquelas cores, tu explicaste só duas cores e há umas quatro cores. E acho que
1202 seria interessante se vocês pudessem-nos enviar isso, para a gente poder fazer um
1203 acompanhamento melhor também. E tentar também providenciar toda esta
1204 documentação solicitada, pois aí nós também vamos poder entender melhor tudo isso.
1205 E sempre no sentido de contribuir com a melhoria da implantação do parque.
1206 Obrigada. **Sr. Presidente:** Uma observação da posição do Conselheiro Arno, que
1207 citou o MP. Acho que nós poderíamos incluir o Ministério Público nesta visita que o
1208 CONSEMA faria e na discussão do CONSEMA. E fazer um convite ao Ministério
1209 Público para que acompanhasse essa discussão e assim unificaríamos as duas coisas.
1210 **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Notei que o problema central da nossa discussão é a
1211 questão da indenização, ainda a questão dos invasores. Pergunto: se há uma
1212 necessidade legal para que o Parque seja inaugurado, enfim, que esses proprietários
1213 tenham sido pagos em suas indenizações. **Sr. Presidente:** Esta questão da
1214 desapropriação são os proprietários que detinham a posse da área antes da criação do

1215 Parque. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Outra questão: e parece que há uma divergência
1216 em relação a questão do plano de manejo. E ficou bem claro pelas discussões dos
1217 representantes da Comissão do CLEPEI que há uma divergência em relação à questão
1218 da implementação do plano de manejo. Foi feito um encaminhamento de que se
1219 fizesse uma visita ao local e tudo mais, com um grupo de pessoas interessadas, mas
1220 acho que todas as questões não vão ser possíveis de serem esclarecidas nesta visita. E
1221 proponho que se faça um Grupo de Trabalho dentro da Câmara Técnica de
1222 Biodiversidade e Política Florestal para tratar especificamente do plano de manejo do
1223 Parque Estadual de Itapuã. **Sr. Presidente:** Vamos tentar unificar o encaminhamento.
1224 Quando se pensou na questão da visita, Edi, só para esclarecer, é como parte do
1225 processo de esclarecimento de todas as questões que foram levantadas. Então, na
1226 verdade, não era só a visita. E agora há uma proposta mais concreta que é criar um
1227 Grupo de Trabalho ligado à Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal.
1228 **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Esse assunto do Parque de Itapuã já
1229 está pautado para a próxima reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política
1230 Florestal. Então, acredito, Edi, que a partir desta próxima reunião se faça um Grupo
1231 de Trabalho para acompanhar o assunto. **Sr. Presidente:** Temos a proposta duma
1232 visita *in loco* onde se dá o início à apresentação dos itens todos que foram elencados
1233 aqui. E já existe uma deliberação da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política
1234 Floresta. Vamos eleger a Câmara Técnica como responsável por coordenar esse
1235 processo de discussão do Parque de Itapuã com um dos encaminhamentos que é a
1236 visita *in loco* ao Parque, e o ritmo de discussão e o ritmo de esclarecimento, que é
1237 impossível prever aqui agora, vai ser determinado pela Câmara Técnica de
1238 Biodiversidade e Política Florestal, que, no momento devido, quando achar que essas
1239 questões estiverem esclarecidas, podem inclusive trazer uma apresentação de volta ao
1240 Plenário deste Conselho. Como ponto de partida da discussão da Câmara Técnica nós
1241 faríamos uma visão *in loco* ao Parque de Itapuã convidando o Ministério Público para
1242 participar e depois remeteríamos as discussões detalhadas de cada um desses itens à
1243 Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas e obviamente ali sairiam as
1244 recomendações a serem implementadas pelo DEFAP, pois nós temos plena
1245 concordância aqui, de ampliação da proteção do Parque. Há concordância dos
1246 senhores Conselheiros? Então, encaminhamos este item desta forma. **Sr. Maurício V.**
1247 **de Souza:** Quantos guardas o Parque têm efetivamente na área? **Sr. Presidente:**
1248 Quatro guardas-parque do Quadro Permanente. **Sr. Maurício V. de Souza:** Então,
1249 atualmente, quatro permanentes na área? **Sr. Rogério Costa:** Quatro funcionários do
1250 Estado na função de guardas-parque e mais a equipe de vigilância pois eles fazem um
1251 trabalho diferenciado, e não é só vigilância patrimonial. Eles atuam em fiscalização e
1252 em conjunto com os guardas-parque. É uma equipe em torno de quarenta
1253 funcionários. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Vai ser disponibilizado algum transporte
1254 para segunda-feira? **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** Não há nenhum transporte
1255 disponibilizado pela Secretaria. Teríamos que, talvez, de ver com a possibilidade com
1256 o pessoal de eventos, pois estava sendo disponibilizado, junto à Brigada Militar,
1257 aqueles microônibus da Brigada para auxiliar no transporte de convidados que não
1258 tivessem a possibilidade. Sairia aqui da frente às 9h, mas é bom falar com o Setor de
1259 Eventos aqui da Secretaria, no 9º andar, no fundo, bem na posição desta sala aqui. **Sr.**

1260 **Presidente:** Gostaríamos de agradecer a participação do Cristiano, Maurício e
1261 Leandro e do Seu Vilário. **3. Habilitação de Municípios para licenciamento de**
1262 **atividades de impacto local. Sr. Presidente:** Um relato do Clebes. **Sr. Clebes**
1263 **Pinheiro:** Boa-tarde a todos. Venho trazer aqui o trabalho que foi feito na Câmara
1264 Técnica de Gestão Compartilhada, que ocorreu no dia 11 de abril, na quinta-feira da
1265 semana passada, onde a Câmara Técnica avaliou a documentação, avaliou os
1266 processos que estão aqui, por sinal, à disposição dos Conselheiros, referente a sete
1267 Municípios. Acredito que os senhores Conselheiros já tenham recebido este material.
1268 São os Municípios de Anta Gorda, Estância Velha, Igrejinha, Novo Hamburgo,
1269 Parobé, Paverama e Veranópolis, onde foram elaborados relatórios referentes a cada
1270 um desses Municípios e a Câmara Técnica encaminha ao Plenário deste Conselho um
1271 parecer favorável à habilitação desses Municípios. Os detalhamentos que possa
1272 haver, os questionamentos que podem ser feitos a gente está à disposição de cada um
1273 deles, mas estão todos elucidados no relatório que foi entregue aos Conselheiros. **Sr.**
1274 **Presidente:** Estes processos de habilitação já foram analisados pela Câmara Técnica
1275 de Municipalização e foram enviados ao Pleno para deliberação e os senhores
1276 Conselheiros receberam previamente a documentação relativa a cada Município. **Sra.**
1277 **Edi Xavier Fonseca:** Há dúvidas em relação ao Município de Parobé, a questão da
1278 equipe. Apenas um biólogo e um servidor para fiscalização. Em relação ao Município
1279 de Anta Gorda: um engenheiro civil, um servidor responsável pela fiscalização. No
1280 Município de Paverama: um coordenador, é técnico em alguma área, qual é a
1281 especialização dele, e um biólogo e o que é este convênio FUNVATES? **Sr. Clebes**
1282 **Pinheiro:** O trabalho da Câmara Técnica tenta trabalhar sob a luz da Resolução
1283 04/00, elaborada por este Plenário, onde os aspectos legais no que tange à avaliação
1284 da Câmara Técnica não nos dá a autonomia de dizer que o Município deve ter um
1285 biólogo ou dois biólogos ou três biólogos. A Câmara Técnica não faz este filtro pois
1286 não cabe a ela fazer este filtro, uma vez que a resolução coloca, de forma bem clara
1287 num de seus itens, que o Município pode ter um servidor ou um profissional à sua
1288 disposição. Temos observado, em muitos casos, que o Município tem um profissional
1289 e muitas vezes se vale de convênios, que é o caso da FUNVATES – Fundação do
1290 Vale do Taquari, equipes de nível superior, e/ou contratos que o Município firma com
1291 determinados profissionais ou grupos de profissionais. Então, a resolução não fechou
1292 para este item. Nesse sentido, a Câmara Técnica nunca limitou a aprovação dos
1293 Municípios em cima deste item. E quando identificamos problemas um tanto gritantes
1294 a gente traz à baila. Como, por exemplo, num momento conseguimos identificar
1295 alguns problemas de formação, realmente, em alguns profissionais, e a gente tem
1296 feito um trabalho direto com o Município. Antes de trazer para a Câmara Técnica
1297 temos tentado pela Comissão da SEMA um contato com o Município. Por exemplo:
1298 no caso do coordenador, fugiu-me a formação. E se a pessoa é totalmente
1299 desvinculada da área ambiental, ligamos para o Município e perguntamos qual a
1300 formação e tal. E já identificamos problemas em alguns movimentos. E nos contatos
1301 com as Prefeituras, temos tentado reverter esses procedimentos. E cabe destacar que
1302 muitas vezes, apesar de termos feito dentro da Secretaria esse esforço na agilidade
1303 dos procedimentos com os Municípios, e às vezes chega na Câmara Técnica e volta, o
1304 lá muitas vezes, acaba sendo interpretado como se fosse a Secretaria do Meio

1305 Ambiente que tem trancado os processos dos Municípios. No entanto, temos
1306 colocado que isso é um processo coletivo, é um processo que foi construído dentro do
1307 Conselho Estadual e a Câmara Técnica faz apenas a sua parte na avaliação dos
1308 critérios que estão ali elencados. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Uma dúvida com
1309 relação à equipe técnica do Município de Novo Hamburgo. Desse quadro são
1310 funcionários públicos? Pois tenho conhecimento que uma boa parte dessas pessoas
1311 são cargos de confiança, pois a equipe parece ser muito rica. **Sr. Clebes Pinheiro:** A
1312 Resolução 04 não limita que os técnicos não sejam do quadro, e ela não coloca este
1313 viés que os profissionais que vão trabalhar na área técnica sejam efeitos do quadro da
1314 Prefeitura. A gente acaba aprovando, obviamente, em função. Nós, da Câmara
1315 Técnica, nós, da Secretaria, nos contatos com os Municípios temos reiterado a
1316 importância dos técnicos serem do quadro; é uma preocupação muito grande nossa
1317 para processo de gestão ambiental. Obviamente, que se muda a Prefeitura, todo
1318 aquele acúmulo que teve durante o período de quatro anos se vai. Então, temos
1319 reforçado, insistentemente, a necessidade de: ou abrir concurso público ou que algum
1320 profissional seja alocado para a questão ambiental. Obviamente, nem sempre temos
1321 sucesso mas é um esforço bastante grande dentro da Secretaria. **Sr. Presidente:** A
1322 Mesa consulta se há algum pedido de vista nos processos de habilitação, senão,
1323 passaríamos à votação. Então, poderíamos fazer a votação em bloco destes
1324 Municípios. A Mesa põe em votação para licenciamento ambiental dos Municípios de
1325 Anta Gorda, Estância Velha, Igrejinha, Novo Hamburgo, Parobé, Paverama e
1326 Veranópolis. Aqueles Conselheiros contrários à habilitação dos Municípios, por favor
1327 levantem os seus crachás: (Nenhum Conselheiro contrário); aqueles Conselheiros que
1328 são favoráveis à habilitação dos Municípios, por favor levantem os seus crachás;
1329 Conselheiros que se abstêm? Então, está aprovada a habilitação desses Municípios.
1330 Em virtude do adiantado da hora, não vai ser possível fazer a discussão sobre o
1331 Decreto da Lista de Animais Ameaçados de Extinção, que fica para próxima reunião
1332 do CONSEMA. A Mesa pede que os Conselheiros permaneçam, temos alguns
1333 informes importantes. O Conselheiro Bugin deseja fazer uma manifestação sobre a
1334 proposta de Moção apresentada pelos Comitês de Bacia, mas antes da manifestação
1335 do Bugin, quero chamar a atenção dos senhores Conselheiros para um tema
1336 importante: No dia 25 de abril, pela manhã, aqui no Auditório do 11º Andar,
1337 estaremos apresentando estudos realizados sobre o impacto ambiental da extração de
1338 areia no Guaíba e seus afluentes, que é um problema crônico, histórico aqui da região
1339 metropolitana. Esses estudos deverão orientar a emissão de licenças por parte da
1340 FEPAM. É a primeira vez que se realizam estudos sobre impacto ambiental da
1341 extração de areia que sempre foi realizada, mas sem os devidos ou poucos critérios
1342 técnicos. E isso é um esforço importante e convidamos a todos os Conselheiros para
1343 que compareçam às 9h. Os senhores vão receber convites por escrito, mas é
1344 importante um chamamento pois, de fato, esse é um tema importante, e tem sido
1345 debatido por muito tempo, e estamos apresentando os estudos que nós exigimos para
1346 os empreendedores, para os mineradores, uma audiência pública que não trata de
1347 nenhum licenciamento individual mas que deve estabelecer diretrizes para o
1348 licenciamento da extração de areia aqui no Guaíba e nos afluentes do Guaíba. E
1349 chamar a atenção também aos senhores que a nova página da SEMA já entrou no ar

1350 hoje, e a SEMA tem uma página nova com informações importantes, e que no dia 09
1351 de maio a FEPAM vai lançar o seu portal ambiental, onde várias daquelas
1352 informações importantes que temos discutido aqui como, por exemplo, uma lista
1353 atualizada das audiências públicas marcadas e o conteúdo das licenças ambientais da
1354 FEPAM, vão poder ser acessados diretamente por qualquer cidadão via internet.
1355 Então, um conjunto grande de informações sobre qualidade ambiental e sobre
1356 licenciamento ambiental vão passar a ser acessados diretamente pela internet. E essa
1357 é uma dívida histórica da FEPAM no sentido de mais transparência e prestação de
1358 informação pública. Não temos mais *quorum* na reunião. **Sr. Alexandre Bugin:**
1359 Havia na pauta de Assuntos Gerais a questão da Moção que foi apresentada, e como o
1360 Arno colocou no início, no sentido de se que havia sido solicitada esta discussão
1361 numa reunião do CONSEMA. Primeiramente, esta Moção foi elaborada e já após a
1362 elaboração desta Moção, que já faz mais de quinze dias, houve algumas evoluções em
1363 termos de discussões juntamente com o Governo do Estado em relação às
1364 preocupações do sistema, dos Comitês. Então, acredito eu que dever-se-ia ver estas
1365 evoluções do que aconteceu até para se reavaliar algumas questões que são
1366 colocadas na Moção. Outra questão importante que esta discussão hoje estaria
1367 prejudicada dentro do CONSEMA pois hoje coincidiu a realização, em Santa Maria,
1368 do Encontro Estadual dos Comitês. Então, esta discussão em relação a questão do
1369 sistema, da situação atual do sistema, de maneira alguma poderia ser feita sem a
1370 participação principalmente do Coordenador do Fórum dos Comitês, que é o Sérgio
1371 Cardoso, Presidente do Comitê Gravataí, e demais participantes dos Comitês, outros
1372 Presidentes de Comitês, no entendimento de que esta discussão hoje estaria
1373 prejudicada. A questão da organização da pauta das próximas reuniões e aí poder-se-
1374 ia trazer inclusive as próprias conclusões e discussões que estão sendo encaminhadas
1375 hoje em Santa Maria. Basicamente, é uma manifestação em cima do assunto, e
1376 gostaria de fazer estas colocações para que fosse tratada esta questão da situação
1377 atual dos Comitês numa reunião previamente agendada, com a participação dos
1378 Presidentes de Comitês, do Coordenador do Fórum, e inclusive acho que alguns
1379 representantes do próprio Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Sr. Presidente:**
1380 Obrigado, Conselheiro Bugin. De qualquer forma, não temos mais *quorum* para
1381 deliberação. A Mesa acata a proposta do Conselheiro Bugin se não houver nenhuma
1382 objeção do Plenário. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Um esclarecimento do
1383 compromisso da outra reunião de como está a situação dos Comitês. **Sr. Presidente:**
1384 Temos por solicitação do Ministério do Meio Ambiente, que estamos desenvolvendo
1385 no Rio Grande do Sul o Programa Nacional de Meio Ambiente, e um dos
1386 componentes é ativos ambientais que trata da questão da suinocultura no noroeste do
1387 Estado, que é um problema ambiental bastante sério. Esses recursos e o trabalho do
1388 PNMA visam a regularização da suinocultura naquela região. E a solução dos
1389 problemas ambientais decorrentes da suinocultura. Por solicitação do Ministério, nós
1390 temos que trazer a apresentação deste trabalho do PNMA ao Conselho Estadual para
1391 que o Conselho Estadual homologue o trabalho, aprove o trabalho que está sendo
1392 realizado, ou não aprove, evidentemente. E temos que trazer, então, por solicitação do
1393 Ministério, à apreciação do Conselho. Os prazos para repasse de recursos são curtos e
1394 há necessidade de realizarmos uma reunião extraordinária para apresentação do

1395 PNMA e avaliação deste Conselho. A nossa proposição é de uma reunião
1396 extraordinária no dia 26, daqui a uma semana para que a gente possa apresentar o
1397 PNMA e realizar a avaliação no Conselho. E a nossa proposta seria que este último
1398 ponto de pauta, que é “Decreto da Lista de Animais ameaçados de extinção”, nós
1399 teríamos então uma reunião extraordinária na próxima semana com a pauta:
1400 “Apreciação do Programa Nacional de Meio Ambiente, componentes ativos da
1401 suinocultura” e a “Apresentação do Decreto da Lista de Animais ameaçados de
1402 extinção”. E para a próxima reunião ordinária que tenhamos como pauta específico o
1403 planejamento do CONSEMA para o ano de 2002. Então, pegaríamos, Conselheiro
1404 Arno, nesta questão dos recursos hídricos, todos os outros pontos que temos
1405 elencados, de pauta pendente, e trataríamos uma reunião específica para isso, aqui no
1406 Conselho, a próxima reunião ordinária, o planejamento de todas as discussões até o
1407 final do ano, inclusive aquelas que envolvem regulamentação do Código e que são
1408 questões importantes que temos que trazer ao Conselho ainda este ano. Esta é a
1409 proposição da Mesa. A questão da reunião extraordinária é uma necessidade pelos
1410 prazos de repasse de recursos, tendo em vista que é um ano eleitoral, e
1411 aproveitaríamos e trataríamos do ponto de pauta que não foi tratado hoje, que é o
1412 “Decreto de Animais ameaçados de extinção”. E a próxima reunião ordinária teria
1413 como principal objetivo o planejamento dos debates, quer dizer, arrumar a agenda do
1414 CONSEMA até o final deste ano, pois temos tido essas questões de pauta que são
1415 recorrentes. Temas que são solicitados e não entram na agenda. E acabam entrando
1416 temas mais urgentes e é importante. E a Mesa acredita que enquanto não fizermos
1417 esta reunião, esta discussão específica de agenda vamos continuar neste processo
1418 meio caótico até o final do ano, e vamos deixar de tratar questões importantes,
1419 estratégicas, como a regulamentação do Código, como é a discussão da questão do
1420 sistema de recursos hídricos e a articulação com o SISEPRA. Gostaria de ter um
1421 acordo dos Conselheiros que permanecem aqui na reunião sobre esta nossa
1422 proposição de encaminhamento para as duas próximas reuniões do CONSEMA. **Sra.**
1423 **Khatia Maria Vasconcellos Monteiro:** Queria sugerir que fosse feito um
1424 levantamento de todos os pontos que estão pendentes nas últimas reuniões, que são
1425 vários pontos, e que quem tiver algum assunto, que fizesse isso antes, com uma
1426 determinada antecedência, para que a possa receber com uns dez dias antes da
1427 próxima reunião ordinária esse material para podermos analisar as propostas de
1428 pauta. **Sr. Presidente:** A Mesa acata a sugestão, esclarecendo que já temos uma lista
1429 de pontos pendentes. É evidente que os Conselheiros podem agregar outros, e
1430 também de todos os itens do Código que são remetidos ao CONSEMA para
1431 deliberação, para que nós possamos então priorizar este processo de regulamentação
1432 do Código. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Seria na semana que vem a reunião
1433 extraordinária? **Sr. Presidente:** A reunião extraordinária está sendo proposta para o
1434 dia 26, na próxima sexta-feira. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Então, neste dia acho que
1435 podia ser entregue esta lista de todos os assuntos pendentes, já com todos os seus
1436 delimitantes e tal. **Sr. Presidente:** E solicitamos a aqueles Conselheiros que queiram
1437 propor pauta do CONSEMA para este ano, que o façam até quarta-feira da semana
1438 que vem para que nós possamos entregar aos senhores já na sexta-feira, nesta reunião
1439 extraordinária. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Esta reunião seria para tratar destes três

1440 itens na semana que vem? **Sr. Presidente:** Na próxima reunião seria: PNMA,
1441 suinocultura e Decreto de animais ameaçados de extinção. Nesta reunião
1442 entregariamos esta lista de pautas propostas e deliberariamos sobre a ordem, sobre
1443 quais os pontos e tudo mais na próxima reunião ordinária como ponto de pauta único
1444 e específico. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Para vocês, Coordenadores, peço até
1445 escusas em me envolver nesta área, têm que ser feito um estudo em cada assunto e
1446 colocar um tempo limitante para cada assunto para que a coisa começa a andar, pois
1447 hoje praticamente discutimos um item só, e foi muito repetitivo. Vamos ter que botar
1448 um tempo limitante para um assunto, há três ou quatro assuntos, vocês fazem o
1449 estudo necessário, e vamos tocar nesta base, pois senão vão ficar sempre assuntos
1450 pendentes, e vamos tratar um assunto por reunião só, e não temos tanto tempo. **Sr.**
1451 **Presidente:** A Mesa esclarece que é sempre este o esforço. Mas a Mesa também tem
1452 a compreensão de que alguns temas necessitam ser discutidos com um pouco mais de
1453 calma pela importância que eles têm. E de fato, com essa responsabilidade, a gente
1454 tem feito um esforço de informar, e às vezes falhamos nisso, e prejudica o
1455 encaminhamento. Mas, essa questão de cumprir a pauta e ser objetivo nas
1456 manifestações e nos encaminhamentos é uma responsabilidade coletiva da Mesa com
1457 todo o Pleno do Conselho. **Sra. Khatia Maria Vasconcellos Monteiro:** Outra
1458 sugestão para tentar otimizar as nossas reuniões é que a gente volte a cumprir o
1459 horário de início das reuniões. Hoje a reunião começou com mais de 40 minutos de
1460 atraso, tivemos Conselheiros que chegaram com mais duma hora de atraso. E isso
1461 inviabiliza qualquer cumprimento de pauta. **Sr. Presidente:** Infelizmente, esse tem
1462 sido um problema recorrente nas nossas reuniões do Conselho. E aí demoramos para
1463 ter *quorum*, demoramos para começar e terminar tarde. **Sr. Arno Leandro Kayser:**
1464 É um processo vicioso e tem que começar com alguma coisa na hora certa, nem que
1465 seja “Comunicações”. **Sra. Khatia Maria Vasconcellos Monteiro:** Ou então,
1466 chegou 14h15min e não há *quorum*, cancela a reunião, pois aí obriga as pessoas que
1467 não estavam aqui, na próxima vez, delas participarem. **Sr. Presidente:** A Mesa
1468 propõe, inclusive, que nesta reunião de agenda se faça também uma discussão da
1469 dinâmica de funcionamento do Conselho e se pactue lá algumas questões básicas,
1470 como, por exemplo, a questão do horário. **Sra. Khatia Maria Vasconcellos**
1471 **Monteiro:** E já havíamos compactuado isso quando daquele Seminário de
1472 Alterações do Regimento Interno. **Sr. Presidente:** Fica assim encaminhado para as
1473 duas próximas reuniões e o Sílvio Botelho tem um esclarecimento importante a fazer
1474 que é sobre a sustentação financeira dos Comitês de Bacias, que não resolve a
1475 discussão que tem que ser feita, mas dá uma informação objetiva de curta prazo. **Sr.**
1476 **Silvio Botelho:** Esta informação que vou apresentar aqui para os Colegas
1477 Conselheiros é uma informação que nós apresentamos na Comissão de Saúde e Meio
1478 Ambiente, na semana passada, que tratou do tema da questão dos repasses para os
1479 Comitês de Bacias, numa solicitação do Vereador Beto Moesch, aqui de Porto
1480 Alegre. A partir de 99, estabelecemos uma série de convênios com os Comitês onde o
1481 Estado, inicialmente por meio da Secretaria da Obras e posteriormente por meio da
1482 SEMA, passou a repassar recursos para sustentação dos Comitês, aspecto
1483 administrativo, enfim. O valor global é R\$50.000,00 para cada um dos Comitês
1484 conveniados, e do final do ano para cá, do ano passado para o início desse ano havia

1485 um atraso em cinco Comitês: Comitê de Santa Maria, Gravataí, Caí, Pardo e Sinos.
1486 Com exceção do Comitê dos Sinos, todos os demais já receberam, sendo que o Pardo
1487 havia a necessidade ainda duma publicação referente a um aditamento para que o
1488 valor repassado não fosse mais em parcelas, e sim uma única parcela. Assim foi feita
1489 a publicação e portanto encaminhou-se o pagamento. Na questão dos Sinos, é que nós
1490 tivemos um problema de ordem administrativa com o credor do Comitê. O credor, por
1491 uma razão dum outro compromisso com a SEMA, referente a um outro convênio,
1492 dentro do Programa Mar-de-Dentro, o credor, que neste caso é a Universidade do
1493 Vale do Rio dos Sinos, houve um lapso quanto a prestação de contas dum repasse que
1494 havia sido feito pelo Estado no ano passado para a Universidade. E a Universidade,
1495 por conta dum atraso na prestação de contas, acabou indo para o cadastro de
1496 inadimplentes – CADIN. Por conta disso, tivemos que aguardar a documentação ser
1497 apresentada para a Secretaria, e isso foi feito no dia 08, e nós já emitimos um parecer
1498 técnico sobre a documentação e já encaminhamos, junto à Secretaria do
1499 Planejamento, para que retire a Universidade desta condição, e portanto, a Fazenda
1500 possa fazer o pagamento na conta do credor, e portanto chegarem os recursos até o
1501 Comitê. Essa é a situação, já informamos à Universidade disso. E ainda hoje pela
1502 manhã reiterarei esta informação, que já havia sido dada ainda no início desta semana
1503 ao Pró-Reitor da Unisinos, que está acompanhando este assunto. **Sra. Teresinha**
1504 **Guerra:** Represento a Universidade dum Comitê do Lago Guaíba. E nós estamos
1505 para realizar o plano de bacias. Já foi escolhida a empresa, etc. E nós paramos até as
1506 atividades em relação ao grupo de enquadramento porque não tinha sido liberado o
1507 dinheiro para se iniciar os trabalhos. E queria saber como está o andamento disso. **Sr.**
1508 **Silvio Botelho:** Um esclarecimento. Esta semana nós já fizemos um contato com a
1509 Secretaria da Fazenda, pois todas as nossas solicitações de liberação de recursos já
1510 foram apresentadas ainda no final do mês de janeiro, início do mês de fevereiro, no
1511 sistema. Então, cada Secretaria faz a sua previsão de gastos, faz uma solicitação no
1512 sistema e isso vai para a Fazenda. Já fizemos. E ali constam os recursos necessários
1513 para que a gente faça a licitação dessa questão do Lago. E Planos de Bacias já estão
1514 montados, o processo está certinho, e só falta a liberação para poder a SELIC fazer as
1515 publicações, e, portanto, fazer a contratação do serviço. Esta é uma condição. E já
1516 fizemos um contato com a Fazenda porque no dia 12, deste mês, houve uma reunião
1517 do Governo que se discutiu o global da questão do financiamento do Estado, os seus
1518 critérios, e portanto nós já rerepresentamos esta formulação da necessidade de que os
1519 recursos, tanto do Fundo, e os recursos do Tesouro, que financiam outras áreas de
1520 ação e projetos da Secretaria, fossem já liberados. Encaminhamos já um ofício à
1521 Secretaria da Fazenda, reiterando o conjunto das solicitações da Secretaria para que a
1522 Junta Financeira, que é a instância que revista, faz um olhar sobre as decisões do
1523 orçamento do Estado, opine sobre quais os valores que iremos ainda poder utilizar no
1524 exercício deste ano, por conta de que temos um prazo em relação ao processo
1525 eleitoral, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe uma série de prazos, encurta o
1526 nosso tempo. E não estamos num ano em que as licitações podem ocorrer até meados
1527 de novembro. E há um prazo que me parece que é no final do primeiro semestre deste
1528 ano, por conta ainda do ano eleitoral e Lei de Responsabilidade Fiscal. **Sr.**
1529 **Presidente:** Conselheira Teresinha: a resposta é: está sendo negociado com a

1530 Fazenda a liberação desses recursos. **Sr. Silvio Botelho:** Em me estendi pois acho
1531 que os Conselheiros sempre têm uma informação curta, que nós poderíamos até
1532 utilizar, mas é importante saber que há um ritmo, dentro do Governo, em relação a
1533 isso. **Sr. Presidente:** Por fim, a Mesa gostaria de agradecer a presença de todos, em
1534 particular, dos nossos pesquisadores que ficaram aqui a tarde inteira, pacientemente
1535 esperando, para apresentação do decreto, e não conseguiram fazê-lo. Então,
1536 transferimos esta discussão para a próxima sexta-feira. Pedimos desculpas, em nome
1537 dos senhores Conselheiros, por não ter feito este debate no dia de hoje. Por fim,
1538 Conselheiros, transmitir o convite feito pela Confederação Nacional dos Municípios,
1539 para a Conferência sobre “Federalismo Cooperativo – Poder Local, Governança e
1540 Democracia” e também a Conferência sobre “Cidades no Federalismo – Uma
1541 Perspectiva Internacional”, que vai-se realizar no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, de
1542 5 a 8 de maio de 2002. Por fim, a Mesa tem uma proposta de Moção do CONSEMA,
1543 que não vai poder ser colocado em votação, e a Mesa se compromete; é uma Moção
1544 repudiando a atitude tomada pelo Presidente da Agricultura, Pecuária e
1545 Cooperativismo, manifestamos o nosso apoio ao Conselheiro Flávio Lewgoy. A Mesa
1546 trará esta proposta de Moção para a reunião extraordinária da próxima semana. Muito
1547 obrigado a todos e um bom final de semana. Nada mais havendo para ser tratado, o
1548 Presidente encerrou a reunião às 17h33min. Nada mais havendo para ser registrado,
1549 lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes.